

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

LAURA DOS SANTOS GUEDES

Análise da cobertura midiática nos casos Ângela Diniz e Daniella Perez

São Paulo
2024

LAURA DOS SANTOS GUEDES

Análise da cobertura midiática nos casos Ângela Diniz e Daniella Perez

Relatório final, apresentado à Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

São Paulo, 03 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Rosana de Lima Soares
Universidade de São Paulo

Prof. Ivan Paganotti
Umesp
Doutor pela ECA-USP

Profa. Sofia Franco
FMU | FIAM-FAAM
Doutora pela ECA-USP

AGRADECIMENTOS

Uma vez ouvi dizer que quando fazemos a coisa certa e trabalhamos duro, sempre aparece alguém para nos estender a mão quando precisamos. E a conclusão desta graduação por meio do presente trabalho é a concretização de um sonho sonhado por anos e com o apoio de muitas pessoas.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Alexandre e Fabiana, que desde que me entendo por gente fizeram tudo por mim e me deram a confiança de que eu poderia conquistar tudo aquilo que quisesse na vida. Aos meus avós, Maricleide, Solon e Elvira, que sempre tiveram um olhar carinhoso e auxiliador fosse para minhas vitórias ou dificuldades.

Aos meus tios Rodrigo, Ailton, Adriano, Débora, Marisa e Telma, que acompanharam de perto toda minha trajetória até a realização deste sonho. A toda a minha família: queridos primos, tios, padrinhos e parentes de coração.

Agradeço, também, a todos os meus amigos pelo apoio de todos os dias. Bruna, por me compreender em, literalmente, todos os momentos (e ouvir todos os meus áudios). Julie, Alessandra e Gabriela, por viverem esse objetivo comigo há 10 anos. Maria, por ter sido uma companheira incrível na jornada destes quatro anos de USP. Vinicius e Karine, por serem os melhores vizinhos e amigos que uma garota poderia sonhar em ter. Ana, por sempre apostar em mim e pelo apoio diário que ia até à preocupação sobre que horas eu tinha ido dormir no dia anterior escrevendo esta monografia. Gabrielle, pela nossa conexão e por todas suas palavras de carinho desde o primeiro dia. Alê, pelo companheirismo e por sempre me colocar para cima. Giovanna, pelo seu dom de fazer todo mundo se sentir especial. Yasmin, por se fazer presente na minha vida mesmo estando em outro continente. Jessika, por toda a parceria e amizade mesmo em tão pouco tempo.

Aos amigos que a universidade me deu e que deixaram mais leves e alegres os últimos anos: Maria, Victória, Lorraine, Nistal, Misquey, Gustavo, Thiago, Karol, João Pedro, Régis e Renato. Foi lindo viver isso com vocês.

Aos meus professores Telma, Victor, Lígia e Betty, que sempre acreditaram no meu potencial.

À minha orientadora Rosana, que ministrou a primeira aula presencial que frequentei na USP e está comigo até meu último dia como aluna da graduação. Obrigada por tudo.

À Katia e Ermelinda, que me receberam na fé no momento que mais precisei.

Agradeço à Deus, aos orixás e a todas as correntes de luz que me iluminam e me fortaleceram até aqui.

*Que nada nos defina,
que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a
nossa própria
substância, já que
viver é ser livre.
(Beauvoir, [s.d.]).*

Resumo

Esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca, tendo como base as linhas teóricas da análise do discurso, examinar as semelhanças e diferenças da cobertura midiática dos assassinatos de Ângela Diniz e Daniella Perez. Através de uma monografia, o projeto se propõe a analisar como a construção da imagem das vítimas, dos crimes que sofreram e de seus algozes influenciou no julgamento dos culpados na justiça e na preservação da memória destas mulheres. Na pesquisa, serão analisadas manchetes e matérias jornalísticas sobre os casos, ressaltando o sensacionalismo e o machismo presentes nas respectivas repercussões.

Palavras-chave: comunicação, jornalismo, discurso, narrativas, Ângela Diniz, Daniella Perez, machismo, sensacionalismo.

Abstract

Based on theoretical lines of discourse analysis, this Final Paper to obtain a Bachelor's Degree in Journalism seeks to examine the similarities and differences in the media coverage of Ângela Diniz and Daniella Perez's murders. Through the monograph, the project aims to analyze how the image construction of the victims, the crimes they suffered and their killers influenced both judgments in court and preservation of their memory. The research will investigate headlines and news articles about the cases, highlighting the sensationalism and sexism present in their respective repercussions.

Keywords: communication, journalism, discourse, narratives, Ângela Diniz, Daniella Perez, sexism, sensationalism.

Lista de Imagens

| Imagem | Descrição | Página |
|--------|---|--------|
| 1 | Ângela na capa da <i>Revista Fatos e Fotos</i> , uma das principais da época, em edição de 1975 | 13 |
| 2 | Ângela na capa da <i>Revista Setenta</i> , em edição de 1970 | 13 |
| 3 | Daniella estampando a capa da <i>Revista Contigo</i> , sem data especificada, com manchete a chamando de nova namoradinha do Brasil | 14 |
| 4 | Daniella em uma de suas últimas capas, na <i>Revista Moda Moldes</i> , edição de setembro de 1992 | 15 |
| 5 | Daniella Perez em protesto contra a decisão da 2ª Câmara Criminal de conceder habeas corpus a Ricardo Peixoto, em junho de 1985 | 19 |
| 6 | “Seis tiros acabaram com a tumultuada vida de uma moça que perseguia o amor e nele encontrou a morte”, disse a <i>Revista Manchete</i> sobre o assassinato de Ângela na edição do dia 15 de janeiro de 1977 | 24 |
| 7 | Capa anunciando entrevista exclusiva de Doca Street após o crime, em edição da <i>Revista Manchete</i> de 22 de janeiro de 1977 | 24 |
| 8 | Manchete com foto dos personagens Bira e Yasmin se beijando, em edição do <i>Jornal Folha de Hoje</i> de 30 de dezembro de 1992 | 25 |
| 9 | Capa sobre o assassinato de Daniella Perez, em edição da <i>Revista Veja</i> de janeiro de 1993 | 25 |
| 10 | Ângela estampando capa intitulada “a morte da pantera”, em edição da <i>Revista Manchete</i> de 15 de janeiro de 1977 | 27 |
| 11 | Ângela e Doca na capa da edição da <i>Revista Manchete</i> de 22 de janeiro de 1977 | 28 |
| 12 | Capa sobre os quatro meses da morte de Daniella, na edição da <i>Revista Contigo</i> de 27 de abril de 1993 | 28 |
| 13 | Capa da <i>Revista Manchete</i> com o título de “Grande cobertura especial” sobre o caso Daniella, em edição de 16 de janeiro de 1993 | 29 |
| 14 | Capa de Daniella em edição da <i>Revista Manchete</i> sobre os 6 meses do crime, de junho de 1993 | 29 |

| | | |
|----|--|----|
| 15 | Reportagem sobre a morte de Ângela em edição da <i>Revista Manchete</i> de 15 de janeiro de 1977 | 31 |
| 16 | Capa com Daniella e Guilherme caracterizados para a novela, na edição da <i>Revista Sétimo Céu</i> de janeiro de 199 | 33 |
| 17 | Título trocando o nome de Daniella pelo de Yasmin, na edição da <i>Revista Manchete</i> de 9 de janeiro de 1993 | 34 |
| 18 | Manchete sobre o crime nomeando Guilherme como Bira e utilizando foto do casal fictício ao lado da imagem do corpo da atriz, na edição d' <i>O Globo</i> de 30 de dezembro de 1992 | 35 |
| 19 | Manchete destacando o nome de Yasmin, na edição d' <i>O Estado de S. Paulo</i> de 30 de dezembro de 1992 | 35 |
| 20 | Matéria misturando realidade e ficção e atribuindo características sobrenaturais ao crime, na edição da <i>Revista Manchete</i> de 16 de janeiro de 1993 | 37 |
| 21 | Matéria sobre o crime com foto do casal fictício em cena, na edição d' <i>O Globo</i> de 30 de dezembro de 1992 | 38 |
| 22 | Matéria sobre o crime com foto do casal fictício em cena de beijo, na edição da <i>Revista Manchete</i> de 23 de janeiro de 1993 | 39 |
| 23 | Matéria estampando a dupla de páginas com foto do casal Yasmin e Bira, na edição da <i>Revista Manchete</i> de 9 de janeiro de 1993 | 39 |
| 24 | Capa sobre o crime com foto do casal fictício Yasmin e Bira se abraçando, na edição da <i>Revista Amiga</i> de janeiro de 1993 | 40 |
| 25 | “Minha mãe [Ângela] morreu por amor, mas foi morta pelo ódio”, repetiu o jovem Milton várias vezes para edição de 1979 da <i>Revista Manchete</i> | 44 |
| 26 | Pai de Daniella Perez mostra foto da filha criança em imagem que ilustra entrevista para a edição de 16 de janeiro de 1993 da <i>Revista Manchete</i> | 45 |
| 27 | Repercussão da morte de Daniella nos EUA, em veículo brasileiro desconhecido, com publicação em data desconhecida | 46 |
| 28 | Reportagem intitulada “Glória Perez perde a filha e a personagem”, na edição da <i>Revista Manchete</i> de 9 de janeiro de 1993 | 48 |
| 29 | Dupla de páginas intitulada “Doca: Porque matei a mulher que amava”, na edição da <i>Revista Manchete</i> de 22 de janeiro de 1977 | 52 |
| 30 | Entrevista com o irmão de Doca Street, em edição da <i>Revista Manchete</i> de janeiro de 1977 | 53 |

| | | |
|----|---|----|
| 31 | Em mais uma imagem remetendo a um ensaio de fotos, Doca caminha na praia, em edição da <i>Revista Manchete</i> de outubro de 1979 | 54 |
| 32 | “O assassino-herói [Doca] é ovacionado pelo povo”, em edição da <i>Revista Manchete</i> de 1979 | 55 |
| 33 | O primeiro julgamento de Doca em tom mais sóbrio na <i>Revista Veja</i> , em edição de outubro de 1979 | 56 |
| 34 | Divulgação da manifestação em memória das mulheres vítimas de violência, em edição do <i>Diário da Tarde</i> de 1979 | 57 |
| 35 | Registro da manifestação, com informações sobre a primeira reunião do comitê organizado pelo grupo de mulheres, em edição do <i>Diário da Tarde</i> de 1979 | 58 |
| 36 | Repercussão do movimento feminista em Minas Gerais, em edição do <i>Diário da Tarde</i> de 1979 | 58 |
| 37 | Cupom da <i>Revista Manchete</i> para pesquisa de opinião pública sobre a pena de morte, em edição de 23 de janeiro 1993 | 60 |
| 38 | Na capa, o registro da descoberta da então possível participação de Paula no crime, após relatos de testemunhas, na <i>Revista Manchete</i> de 23 de janeiro 1993 | 61 |
| 39 | “Que castigo merecem estes crimes?”, perguntava a <i>Revista Manchete</i> de 6 de fevereiro 1993 | 62 |
| 40 | Guilherme, Paula e Daniella na <i>Revista Veja</i> de 26 de agosto 1996 | 63 |
| 41 | Diferente da <i>Revista Veja</i> , a capa traz uma pequena foto do cadáver de Daniella, na <i>Revista Manchete</i> de 24 de agosto 1996 | 63 |
| 42 | <i>Rádio Globo</i> e <i>Revista Contigo</i> aderem à campanha “Pedágio da Justiça”, em edição de 1993 da revista | 66 |
| 43 | Reportagem da <i>Revista Contigo</i> faz a contagem regressiva pelas 1 milhão de assinaturas no abaixo-assinado da Lei dos Crimes Hediondos, em edição de 1993 | 66 |
| 44 | Cobertura da <i>Revista Manchete</i> da entrega do abaixo-assinado ao Congresso Nacional, em edição de outubro de 1993 | 67 |
| 45 | Ângela Diniz e Daniella Perez | 74 |

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 11 |
| 2. Contexto; | 13 |
| 2.1 Quem foram essas mulheres | 13 |
| 2.1.1 Ângela Diniz | 13 |
| 2.1.2 Daniella Perez | 15 |
| 2.2 Os crimes | 17 |
| 2.2.1 Caso Ângela | 17 |
| 2.2.2 Caso Daniella | 18 |
| 2.3 Épocas..... | 19 |
| 2.3.1 Meados da década de 1970 | 19 |
| 2.3.2 Início dos anos 1990 | 20 |
| 3. A construção da imagem de Ângela e Daniella depois do crime | 22 |
| 3.1 Construção de sentidos | 22 |
| 3.1.1 Dramatização | 23 |
| 3.2 Sensacionalismo: ficção, realidade e moralismo | 27 |
| 3.2.1 Fora dos padrões | 31 |
| 3.2.2 Novela e vida real | 33 |
| 4. A representação da mulher na mídia | 43 |
| 4.1 Até depois de mortas | 43 |
| 4.2 Choques com a ética do jornalismo | 49 |
| 5. Mídia, julgamento e lei | 52 |
| 5.1 Doca Street: o primeiro julgamento e o herói | 52 |
| 5.2 Doca Street: o segundo julgamento e as feministas | 57 |
| 5.3 Caso Daniella: a mídia como juíza | 60 |
| 5.4 Lei dos Crimes Hediondos: mobilização e abaixo-assinado | 65 |
| 6. Memória | 69 |
| 6.1 Ângela e a praia dos ossos | 69 |
| 6.2 Daniella e o pacto brutal | 71 |
| 7. Considerações finais | 74 |
| Referências bibliográficas | 76 |

1. Introdução

Às vésperas do ano novo, em 30 e 28 de dezembro, respectivamente, as jovens Ângela Diniz e Daniella Perez foram assassinadas. Um intervalo de 16 anos separa suas partidas. Ângela foi morta em 1976 e Daniella, em 1992. Uma socialite conhecida pelo estilo de vida fora das regras conservadoras estabelecidas e uma atriz no auge da carreira chamada de “a nova namoradina do Brasil”. Definitivamente, dois dos casos de maior repercussão da história do país.

Ângela Diniz foi uma famosa figura da sociedade mineira nas décadas de 60 e 70. De uma família de posses e com uma beleza marcante, era presença constante nas colunas sociais. Aos 17 anos, casou-se e teve três filhos. Porém, o relacionamento durou somente nove anos e terminou com um acordo judicial de desquite. A guarda das três crianças ficou com o ex-marido.

Após alguns escândalos, Ângela se mudou para o Rio de Janeiro, onde ganhou o apelido de “Pantera de Minas”. Na época, a imprensa a pintava como uma mulher descolada dos padrões morais conservadores e adepta a uma vida de festas, amantes e drogas. Em agosto de 1976, engatou um namoro com o empresário e bon vivant Doca Street. Quatro meses depois, Doca a matou com três tiros no rosto após uma discussão em sua casa, na Praia dos Ossos, em Búzios, Rio de Janeiro.

O que se seguiu foi um festival de discursos machistas. Revistas e jornais repercutiram o discurso dominante entre o público que acompanhava o desenrolar do caso: culpando a vítima por seu destino fatal. Como se Ângela estivesse no banco dos réus, seu estilo de vida foi usado para justificar a atitude do assassino, que saiu livre do primeiro julgamento.

Entretanto, um movimento feminista emergiu no início dos anos de 1980 e, com o slogan “Quem ama não mata”, centenas de mulheres foram às ruas em Minas Gerais. A ampla cobertura da mídia ajudou a espalhar o sentimento pelo Brasil. No segundo julgamento, em 1981, Doca foi condenado a 15 anos de reclusão.

Daniella Perez, por sua vez, era uma atriz e bailarina brasileira que, aos 22 anos, vivia o auge de sua carreira na pele da personagem Yasmin, na telenovela *De Corpo e Alma*, escrita por sua mãe, a famosa novelista Glória Perez. No entanto, sua vida foi brutalmente interrompida por 22 golpes de tesouras proferidos por Guilherme de Pádua e sua esposa na época, Paula Thomaz.

O corpo da artista foi encontrado na mesma noite do fato, em um matagal na cidade do Rio de Janeiro. Guilherme contracenava com a vítima em *De Corpo e Alma*, onde interpretava

Bira, um dos pares românticos de Yasmin. Em 1997, os dois foram condenados a 19 e 18,5 anos de prisão, respectivamente, por homicídio duplamente qualificado com premeditação.

A tragédia chocou o Brasil e tomou conta das manchetes, com milhares de pessoas acompanhando o velório da atriz e indo às ruas pedir justiça. Ao longo da repercussão da morte de Daniella, muitos jornais e revistas ilustravam textos sobre o crime com fotos de momentos românticos entre os personagens Yasmin e Bira na telenovela. A escolha pode parecer inofensiva, mas sugestionava, por meio da construção imagética e discursiva, um envolvimento entre os atores.

A fronteira entre ficção e realidade, inclusive, foi ferozmente quebrada em vários momentos por jornalistas. Títulos que chamavam a vítima por seu nome fictício no folhetim das nove misturavam imaginação com vida real. Não foi Yasmin que foi assassinada, foi Daniella. O audiovisual ainda ter estado no ar na época do acontecido corroborou as narrativas fantasiosas, que confundiam o leitor sobre até que ponto os conflitos e romances da trama transmitida pela *TV Globo* pertenciam somente às telas ou não. Mesmo com o julgamento e a condenação dos culpados, a memória do crime e de Daniella seguiu atrelada, para muitos, à constituição de um discurso polifônico e recheado de versões infundadas.

Entraremos agora em uma pesquisa aprofundada sobre a cobertura e os discursos da mídia que ajudaram a construir a imagem destas duas mulheres tão diferentes e com destinos semelhantes. Não importam os estereótipos lançados pela sociedade, esta sempre consegue culpabilizar a mulher pela tragédia que a vitimou. Já a imprensa tem o poder de amplificar narrativas preconceituosas ou em defesa dos direitos das mulheres, como veremos neste trabalho de conclusão de curso.

2. Contextos

2.1 Quem foram estas mulheres?

Antes de iniciar as análises de como a mídia impressa cobriu os assassinatos de Ângela Diniz e Daniella Perez, este trabalho dissertará sobre quem foram essas mulheres. Mais do que vítimas de crimes brutais, foram seres humanos com sonhos, histórias, amores, erros e acertos. E devem ser lembradas como mais do que nomes de casos policiais.

2.1.1 Ângela Diniz

Ângela Maria Fernandes Diniz, nascida em 1944, desde cedo chamava atenção por sua beleza e carisma. Considerada a moça mais bonita de Belo Horizonte, foi a debutante mais elogiada da sociedade mineira da época. Dois anos depois, aos 17 anos, casou-se com o empresário Milton Villas Boas, de 31 anos.

Aos 24 anos, já era mãe de três filhos e figurava como a esposa perfeita dentro da elite de Minas Gerais. Em 1969, em entrevista ao jornalista Roberto Drummond, disse: “às vezes, eu acordo de manhã, olho o céu, e fico com vontade de dar uma morrida (sic)”. O escritor intitulou o perfil de “Ângela Villas Boas: uma canção batendo na pedra”.

O casamento durou nove anos até que Ângela pediu o divórcio, já que o divórcio ainda não era permitido, sendo um grande tabu. Ela conseguiu a separação, mas perdeu a guarda das crianças. No podcast *Praia dos Ossos*¹, produzido pela *Rádio Novelo*, pessoas próximas à socialite dizem que este afastamento dos filhos a feriu profundamente pelo resto da vida.

Também segundo o podcast, a partir de então, solteira novamente, Ângela voltou a namorar os homens que queria, quando queria. Algo pouco comum para a época. Em 1973, se envolveu em outra polêmica quando seu caseiro José Avelino dos Santos foi morto em sua casa. De início, assumiu a culpa, mas depois foi descoberto que o assassino havia sido um amante da mineira, o empresário Tuca Mendes².

Após o escândalo, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde começou a namorar o colunista Ibrahim Sued, que cunhou o termo que a seguiria até o fim: “Pantera de Minas”. À

¹ PRAIA dos Ossos. Locução: Branca Vianna. Brasil: Rádio Novelo, 2020. Podcast. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/praiadosossos/>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

² Conforme relatado no episódio 4 do podcast *Praia dos Ossos* (2020) e transcrito no documento disponível no site: <https://radionovelo.com.br/wp-content/uploads/2022/12/ep4-tres-crimes.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

essa altura, a personalidade forte e a fama de Ângela como uma mulher “fatal” que deixou seu marido, exercia sua liberdade sexual e adorava ir a festas já estava se espalhando para além do estado natal. Prova disto é que não foram poucas as capas de revista estampadas por ela. A *Revista Manchete* de 15 de janeiro de 1977 a descreveu bem: “Era mais que beleza, era estilo de vida”.

Em 1974, visitou seus filhos em Belo Horizonte e, ao voltar para o Rio, trouxe a filha sem avisar a família do ex-cônjuge. Milton deu queixa do sequestro, mesmo com o retorno da menina uma semana depois, e a socialite foi condenada a seis meses de prisão. Já em 1975, foi presa sob acusação de esconder mais de cem gramas de maconha em sua casa. Para responder em liberdade, disse ser viciada.

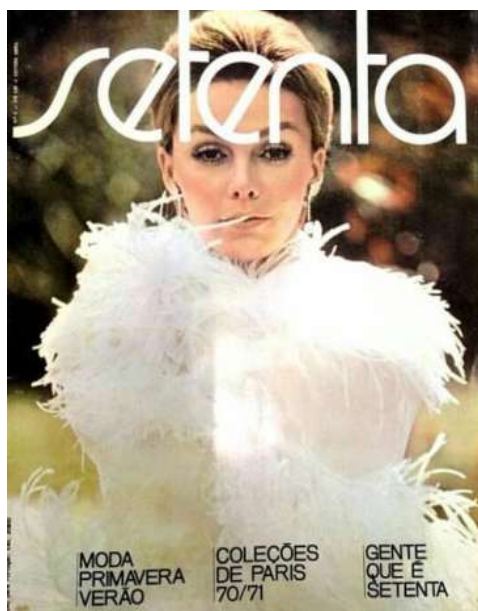
Em agosto de 1976, Ângela deu início àquele que seria seu último namoro. Começava seu conturbado relacionamento com Raul Fernando do Amaral Street.

Imagem 1: Ângela na capa da *Revista Fatos e Fotos*, uma das principais da época, em edição de 1975.



Fonte: Google Imagens

Imagem 2: Ângela na capa da *Revista Setenta*, em edição de 1970



Fonte: Google Imagens

2.1.2 Daniella Perez

Daniella Perez Gazolla nasceu em 1970, no Rio de Janeiro, filha da novelista Glória Perez. Com apenas cinco anos, já ensaiava seus primeiros passos no ballet e não demorou para entrar nas aulas de dança³. Alguns anos mais tarde, aceitou o convite para dançar profissionalmente na companhia “Vacilou, dançou”, da renomada coreógrafa Carlota Portella.

Em 1989, foi escalada para fazer uma participação como dançarina na novela *Kananga do Japão*, da *Rede Manchete*. Graças a seu talento, ganhou uma personagem na trama. Além disso, foi neste trabalho onde conheceu seu marido, o ator Raul Gazolla, com quem se casou em 1990.

Também em 1990, Dani, como era chamada, interpretou Clô na novela *Barriga de Aluguel*, na *Rede Globo*. Seu carisma e desempenho chamaram a atenção da emissora e ela foi chamada para a trama *O Dono do Mundo* no ano seguinte, na pele de Yara.

³ De acordo com depoimentos presentes no primeiro episódio do documentário *Pacto Brutal: o assassinato de Daniella Perez* (2022), disponível na *Max*.

Imagem 3: Daniella estampando a capa da *Revista Contigo*, sem data especificada, com manchete a chamando de nova namoradinha do Brasil



Fonte: Google Imagens

Em 1992, a artista já era reconhecida pelo público e deu vida à personagem Yasmin Bianchi, um dos grandes destaques da novela *De Corpo e Alma*, escrita por sua mãe. O jeito meigo e a personalidade forte da atriz encantaram o país e ela passou a ser chamada de a nova “namoradinha do Brasil”. Apaixonada, engrenando na televisão e estampando dezenas de capas de revistas, a jovem se preparava para estreiar um musical no teatro ao lado do marido no início de 1993.

Imagem 4: Daniella em uma de suas últimas capas, na *Revista Moda Moldes*, edição de setembro de 1992



Fonte: Google Imagens

2.2 Os crimes

2.2.1 Caso Ângela

Ângela Diniz e Raul do Amaral Street, o Doca Street, se conheceram em agosto de 1976, durante uma festa na casa dele, em São Paulo. Na época, Doca era casado com a milionária Adelita Scarpa, com quem teve dois filhos. Já a mineira namorava Ibrahim Sued. Dois meses depois, o playboy se separou da esposa e mudou para o apartamento de Ângela, em Copacabana. Logo o casal decidiu ir morar na Praia dos Ossos, em Búzios. De uma paixão relatada como avassaladora, surgiram diversas brigas públicas, nas quais Doca se mostrava violento com a namorada. Geralmente, o motivo era apenas um: ciúmes.

Inclusive, Ângela dizia para amigos próximos que era agredida fisicamente por Doca⁴. Naquele 30 de dezembro de 1976, mais uma discussão incontrolável tomava forma na residência. Porém, durante o conflito, a socialite terminou o relacionamento e mandou o namorado embora. Doca saiu e voltou depois de alguns minutos. Efetuou quatro disparos na mulher, três em seu rosto e um na nuca. Em seguida, fugiu para Minas Gerais e abandonou a arma do crime.

Ângela foi morta aos 32 anos, desfigurada, vestindo um biquíni com estampa de pantera, em sua própria casa, pois Doca não aceitou sua vontade.

O criminoso foi capturado vinte dias depois, em Taboão da Serra. Antes de falar com a polícia, ainda foragido, deu uma entrevista para a *TV Globo*. A *Manchete* também conversou com o playboy, o que rendeu uma mistura de coluna social e página policial onde ele fala sobre sua carreira e família e, apesar de assumir um arrependimento, não assume toda culpa pela tragédia. “Ela me prometeu que mudaria seu comportamento, mas, infelizmente, a bebida acabou estragando nosso amor”, disse.

O assassino ficou preso por sete meses até o primeiro julgamento, em 1979. O clima era de total apoio popular a Doca, como se, na verdade, ele fosse a vítima de uma história que fatalmente acabou mal. Com ataques diretos à reputação de Ângela, a defesa do paulista alegou a tese de legítima defesa da honra e conseguiu uma pena de 18 meses pelo crime e seis meses por ter fugido. Por já ter cumprido um terço do tempo, saiu livre do tribunal.

⁴ “Doca era possessivo e Ângela confessou a amigos que ele a agredia”, revela declaração disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/12/18/doca-street-morre-44-anos-apos-assassinar-angela-diniz/>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

Em 1981, Doca foi submetido a um novo julgamento, em uma nova atmosfera. Desde 1979, mais casos de violência doméstica haviam repercutido, o que impulsionou uma série de movimentos feministas pioneiros no Brasil, sob o slogan “Quem Ama, Não Mata”. Dessa vez, foi condenado a 15 anos de prisão. Cumpriu cinco anos, até obter liberdade condicional em 1987.

Diferentemente de Ângela, Doca viveu até os 86 anos, morrendo de infarto em dezembro de 2020.

2.2.2 Caso Daniella

A vida de Daniella Perez foi brutalmente interrompida em 28 de dezembro de 1992, quando Guilherme de Pádua e sua esposa na época, Paula Thomaz, assassinaram a atriz com 22 golpes de tesoura. O corpo da artista foi encontrado na mesma noite, em um matagal no Rio de Janeiro. Guilherme contracenava com a vítima em *De Corpo e Alma*, que ainda estava no ar quando tudo aconteceu. Ele interpretava Bira, um dos pares românticos de Yasmin.

Após a descoberta do falecimento da jovem, o culpado foi até a delegacia onde seu marido e familiares estavam. Lá, os abraçou e prestou condolências, contou Raul Gazolla em depoimento ao documentário *Pacto Brutal: o assassinato de Daniella Perez*, da Max. De acordo com os autos do processo, os assassinos só não contavam que um homem que passava pelo local do crime havia estranhado a movimentação e anotado a placa dos carros ali parados. A polícia logo comparou a numeração com a lista do estacionamento da *Rede Globo* e chegou no nome de Guilherme.

Foram cinco anos até o julgamento. A meia década foi marcada pela constatação da participação de Paula, por diversas versões dos suspeitos e pela investigação incansável por parte da mãe da vítima, como veremos nos próximos capítulos deste trabalho.

Em 1997, o casal foi condenado a 19 e 18,5 anos de prisão, respectivamente, por homicídio duplamente qualificado com premeditação. Permaneceram na prisão até 1999, quando ganharam liberdade condicional por bom comportamento. Guilherme se casou de novo, tornou-se pastor e morreu de infarto em 2022⁵. Paula também formou uma nova família, teve filhos e vive no Rio de Janeiro⁶.

⁵ Vinte anos após condenação, Guilherme de Pádua se casou novamente, segundo reportagem: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/20-anos-apos-condenacao-guilherme-de-padua-casava-novamente.phtm>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

⁶ Paula Thomaz casou de novo, de acordo com o site: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/11/08/por-onde-anda-paula-thomaz-guilherme-de-padua.htm>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

Entretanto, para que a compreensão sobre ambos os crimes e suas repercussões seja completa, é preciso que se mergulhe no contexto de cada período, como será feito a seguir.

2.3 Épocas

De acordo com o linguista francês Patrick Charaudeau, em sua obra *Discurso das Mídias*, a informação é pura enunciação. “Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimento que a circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento” (Charaudeau, 2006, p.36).

No caso desta pesquisa, o campo é o jornalismo e o dispositivo, os jornais e as revistas. Para refletir sobre as situações em questão, que permeiam os casos Ângela e Daniella, é necessário entender as épocas de 1976 e 1992. Dessa forma, será apresentada, inicialmente, uma breve compreensão dos valores das sociedades de tais períodos, especialmente a respeito das questões de gênero.

2.3.1 Meados da década de 1970

A década de 1970 marcou o período conhecido como os “Anos de Chumbo” no Brasil. Sob a Ditadura Militar, o país passava pelo auge da tortura e da repressão com o AI-5 em vigor. Em uma sociedade historicamente patriarcal, o governo amplificava os valores conservadores da chamada “moral e bons costumes”.

Em 1976, 28,8% das mulheres trabalhavam, cerca de 11,4 milhões de profissionais. Nas classes sociais mais baixas, a participação feminina alcançava o pico na adolescência e depois diminuía na idade reprodutiva. A presença de mães de crianças pequenas no mercado era reduzida em todas as classes, variando entre 14% e 30% (PNAD/IBGE, 1976).

Naquele ano, as denúncias de violências contra a mulher protagonizaram as primeiras manifestações do feminismo brasileiro, especialmente após a morte de Ângela Diniz, em 1976. Mas muitas dessas acusações também focaram na violência específica contra mulheres praticadas por agentes do Estado — e que foram abafadas de uma repercussão pela imprensa devido à censura. Na época, de acordo com informações da Comissão Nacional da Verdade, muitas presas políticas foram vítimas de mutilações e abusos sexuais.

No cenário global, foi decretada, em 1975, a “Década da Mulher” (de 1975 a 1985) pela Organização das Nações Unidas. No período, haveria a elaboração de uma agenda direcionada para a melhora nas condições de vida das mulheres.

2.3.2 Início dos anos de 1990

Em um país redemocratizado, quase duas décadas depois, em 1992, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, entre 15 e 59 anos, era de 52,5%. Já o percentual de homens chegava a 88,9%. Em 1993, por exemplo, 22,3% das residências tinham chefes de família femininas, frente a mais de um quarto em 2003 (PNAD/IBGE, 1992).

Em 1991, a Câmara dos Deputados instituiu uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) para investigar a violência contra as mulheres. A pesquisa resultante, feita de janeiro de 1991 a agosto de 1992, apresentou um panorama sobre a questão, onde se destacavam os crimes de lesão corporal (26%), as ameaças (14,4%) e os estupros (1,8%) como mais recorrentes contra a população feminina. Dados do mesmo intervalo, divulgados pelo *Grupo Parlamentario Interamericano sobre Población y Desarrollo* (1992), mostram que foram registradas 205.219 agressões nas Delegacias da Mulher em todo o país.

A própria Daniella Perez, com apenas 15 anos, protestou por justiça pelo assassinato de uma amiga, em 1985, sete anos antes da tragédia que tiraria sua vida. A jovem em questão é Mônica Granuzzo, de 14 anos, morta pelo namorado Ricardo Peixoto. A filha de Glória Perez era colega de escola da menina e se engajou no movimento à época.

Imagem 5: Daniella Perez [à direita] em protesto contra a decisão da 2ª Câmara Criminal de conceder habeas corpus a Ricardo Peixoto, em junho de 1985



Fonte: Daniella Perez – Ela Queria Viver/Facebook

Durante o primeiro mês de cobertura da morte da atriz, a *Revista Manchete*, uma das mais vendidas à época, lançou uma nova série intitulada “Mulheres Assassinadas”, o que mostra certa banalização com a recorrência destas violências. A abordagem inicial foi sobre Aída Cury, morta em 1958.

Em 13 de fevereiro de 1993, Ângela Diniz foi a protagonista de um dos capítulos. Quase vinte anos depois de sua morte, a publicação praticamente copiou e colou seus textos a respeito dos desdobramentos do caso.

Sabendo das estatísticas e da atmosfera correspondentes a ambos os períodos, cabe afirmar que os cenários reforçam uma realidade que, até hoje — em certa medida —, persiste no Brasil: um machismo histórico. Desde a colonização, a estrutura patriarcal se tornou uma força dominante na sociedade, propagando relações desiguais de gênero. “O patriarcado brasileiro se estrutura e se mantém a partir da naturalização de papéis de gênero, que conferem à mulher uma posição subalterna e dependente” (Soares, 2010, p. 45). Ainda que, em plena década de 1990, muitos avanços já haviam sido conquistados, tal cultura misógina ainda era um dos pilares do país.

Por exemplo, desde os séculos XVII e XVIII, as leis chamadas Ordenações Filipinas permitiam ao marido castigar, enclausurar ou matar sua mulher em caso de adultério ou suspeitas. Com a elaboração do Código Criminal Brasileiro, em 1830, a violência contra a mulher continuou normalizada. Em seguida, o Código Civil de 1916 disseminou discriminações de gênero, tratando a mulher como um ser inferior. Esta regulamentação só foi superada com o “Estatuto da Mulher Casada” (Lei 4.121 de 1962), no qual a mulher não era mais vista como incapaz e, se casasse pela segunda vez, teria tutela dos filhos, sem influência do novo marido. Contudo, foi só nos anos de 1990 que a categoria violência de gênero passou a ser usada nos discursos feministas.

Assim, a ideia de que todo discurso representa o mundo ao representar uma relação ajuda a explicar as matérias machistas que abordaremos acerca destes casos como reflexos de sua própria contemporaneidade. Da mesma forma, é “a significação psicossocial que comanda a significação do mundo, como será descrito, contado e explicado o ato de informar” (Charaudeau, 2006, p.41).

3. A construção da imagem de Ângela e Daniella depois do crime

A análise da construção da imagem das vítimas após os crimes será realizada com base em revistas e jornais das respectivas épocas. Por este trabalho não abranger a totalidade das publicações acerca dos casos Ângela e Daniella, devido à busca por maior concisão na apuração, foram selecionados títulos populares e representativos do discurso da mídia impressa dos períodos estudados.

Visando obter a visão mais abrangente possível, contemplaremos jornais tradicionais, como *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, revistas semanais tradicionais, como a *Veja*, e magazines focadas no entretenimento e na cobertura do mundo dos famosos, como *Manchete* e *Contigo*. Esta metodologia objetiva comprovar que, mesmo com formas diferentes, o conteúdo sobre as vítimas em foco se assemelhou nos diversos tipos de expressões do jornalismo impresso.

Maior destaque foi dado aos recortes da *Revista Manchete*⁷, dada sua popularidade e importância na cobertura dos dois crimes. A coleta dos materiais deste veículo foi feita por meio do acervo físico disponível na biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP). A investigação de cada edição dos intervalos temporais definidos (1976, 1977, 1981, 1992, 1993 e 1996) possibilitou um entendimento mais amplo de tais contextos. O restante dos conteúdos foi retirado de acervos da internet.

Considerando a quantidade elevada de recortes sobre a socialite e a atriz, depois de uma leitura de todas as passagens selecionadas, foram sublinhados os textos e as imagens que melhor exprimiam o discurso hegemônico da imprensa brasileira, ressaltando os detalhes que o compunham para aumentar a precisão da defesa da tese proposta neste TCC.

3.1 Construção de sentidos

Iniciando o entendimento sobre a construção da imagem destas mulheres, é necessário assimilarmos que o cerne da construção discursiva da cobertura das mortes de Ângela e Daniella é que ambas são tragédias de interesse público para a imprensa. Neste âmbito, Charaudeau define três categorias de percepção mental: existencial, evenemencial e

⁷ A *Manchete* foi uma revista semanal de grande circulação, lançada no Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1952, tendo circulado regularmente até 29 de julho de 2000, segundo registro do site <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/manchete/>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

explicação. Aqui, focaremos na categoria evenemencial. “Ela corresponde à descrição do que ocorre ou ocorreu, sob modo da maior ou menor verossimilhança” (Charaudeau, 2006, p.45).

Sua utilidade se concentra em fazer ver ou imaginar, chamando a atenção ora para a ação, ora para uma declaração, ora para a identificação dos autores, ora para as circunstâncias materiais. Não é o acontecimento que interessa como matéria-prima principal, mas como designaremos seu processo evenemencial.

Neste sentido, o linguista pontua que “mortos são mortos”, mas sua significação evenemencial depende do olhar que o indivíduo lança sobre o fato, através de sua experiência entre sistemas de pensamentos e crenças. Por exemplo, quando os mortos são nomeados como parte de um “genocídio” ou “vítimas da maldade humana”, como aconteceu com as vítimas em questão. Para que um acontecimento exista, é necessário nomeá-lo. Ele só significa enquanto acontecimento em um discurso.

E, para que um acontecimento possa ser entendido, é preciso que se produza uma alteração geradora de desequilíbrio que seja percebida pelos sujeitos, em um efeito de “saliência”, e que “essa percepção se inscreva numa rede coerente de significações sociais por um efeito de pregnância” (Charaudeau, 2006, p.100). Esta modificação, na qual os seres sofrem uma mudança na ordem das coisas e há uma ruptura da ordem, pode ser ilustrada, justamente, pela notícia da morte, especialmente quando resultante de um crime, uma desordem. Em suma, todas as circunstâncias dos assassinato de Ângela e Daniella — um crime dentro da alta sociedade e outro envolvendo atores de novela — reforçam as características de tragédia destes casos em sua cobertura pela mídia.

3.1.1 Dramatização

Antes de discutirmos o sensacionalismo presente na cobertura da mídia impressa sobre os casos, vamos entender as camadas de dramatização no discurso a respeito dos dois crimes. Charaudeau pontua que, na época, o cidadão era refém das mídias, que podem provocar efeitos passionais muito distantes da pretensão à informação — hoje, debate-se que o cidadão seja refém, na verdade, das plataformas digitais. E a finalidade de captação de público pelos veículos de comunicação busca atrair o máximo número possível de leitores, atendendo a uma lógica de comercialização nem sempre isenta de posicionamentos. Dessa maneira, uma informação pode produzir dramatização para atrair uma maior atenção.

A imprensa, costumeiramente, responde às críticas de supervalorização dos dramas do mundo dizendo que a própria realidade é dramática, e não sua representação. Neste viés,

“alegando que o fato que o mundo é extremamente complexo, as mídias atribuem-se o dever de torná-lo inteligível”.

Como resultado, podemos ter o que se conhece como vulgarização. Esta não precisa revelar a verdade, mas torná-la acessível a um grande número de pessoas, o que a deforma. “Quando a verdade é muito complicada, só pode ser dita de maneira complicada”, diz o sociólogo francês Pierre Bourdieu⁸.

No entanto, “é nesse imaginário de possível vulgarização da informação que as mídias se fundamentam” (Charaudeau, 2006, p.265). E por estes veículos de comunicação não se limitarem a explicar com simplicidade e serem, constantemente, atravessados pela visada captação, tendem a tornar a verdade uma vulgarização dramatizada.

Assim, a verdade não está no discurso, mas somente no efeito que produz; e o discurso da informação joga com essa influência. Uma das estratégias utilizadas é o alvo afetivo, que abarca hipóteses sobre o que é mais útil para tocar a afetividade do sujeito-alvo. Categorias socialmente codificadas de representação de emoções servem de base para tanto. Entre elas, o inesperado, o repetitivo, o insólito, o inaudito e o trágico — o qual podemos ligar, diretamente, à cobertura das mortes de Ângela e Daniella.

Este duplo desejo de simplificação e dramatização pode produzir amálgamas quando “colocam-se sob uma mesma etiqueta geral fatos particulares, ou fazem-se aproximações e estabelecem-se analogias” (Charaudeau, 2006, p.186). O efeito ocorre pois estas classificações participam de um modo de raciocínio que obriga o receptor a aproximar fatos que ele não teria relacionado. Aqui, as etiquetas de coluna social, ficção, fofoca e até traição ou romance, muitas vezes, tomaram o lugar da verdadeira etiqueta: de crime.

Por conseguinte, cria-se uma tensão entre as visadas do fazer saber e do fazer sentir, persistindo o desafio de atrair as massas para sobreviver à concorrência. Assim, “não é o acidente enquanto tal que interessa às mídias, mas o que ele comporta de drama humano” (Charaudeau, 2006, p.140), segundo categorias para evocar os dramas do destino humano, incluindo, novamente, o trágico. Este “descreve o conflito entre paixão e razão, entre pulsões de vida e pulsões de morte”, como fica latente em manchetes como “Matou por amor” (Charaudeau, 2006, p.141). De igual modo, manchetes sobre o caso, muitas vezes, tentaram ligar os crimes a paixões — tanto de Doca por Ângela quanto de Guilherme por Daniella ou Paula.

⁸ Declaração de Bourdieu em uma entrevista a J. M. Cavada na emissão *Philogène*, em France-Inter e retomada do texto *Sur la télévision*.

O discurso das mídias, inclusive, procura colocar em cena os responsáveis ou eventuais culpados para garantir uma maior possível captação e repercussão. Logo em seguida aos assassinatos, Doca Street, Guilherme de Pádua e Paula Thomaz ganharam espaço em jornais e revistas de grande circulação, ainda que em contextos bem diferentes: enquanto Street era, inicialmente, idolatrado, Pádua e Thomaz foram demonizados desde o princípio, como veremos com mais detalhes nos próximos capítulos.

Imagem 6: “Seis tiros acabaram com a tumultuada vida de uma moça que perseguia o amor e nele encontrou a morte”, disse a *Revista Manchete* sobre o assassinato de Ângela na edição do dia 15 de janeiro de 1977



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Imagem 7: Capa anunciando entrevista exclusiva de Doca Street após o crime, em edição da revista *Manchete* de 22 de janeiro de 1977



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Imagem 8: Manchete com foto dos personagens Bira e Yasmin se beijando, em edição do *Jornal Folha de Hoje* de 30 de dezembro de 1992



Fonte: Daniella Perez - Ela Queria Viver/Facebook

Imagem 9: Capa sobre o assassinato de Daniella Perez, em edição da *Revista Veja* de janeiro de 1993



Fonte: Google

E, tendo em mente que a imprensa escrita só pode produzir a narrativa *a posteriori*, são utilizadas algumas técnicas pela instância midiática, como a abertura — que pode ser mais ou menos dramatizante, mostrando um resultado espantoso ou descrevendo um ambiente inquietante — e a reconstrução — que apresenta o drama de forma cronológica até o momento fatídico, quando há a acumulação de fatos com qualitativos dramatizantes.

Ambas podem ser vistas nas coberturas em questão, com manchetes explicitando o choque com os fatos e narrativas escritas — e até desenhadas — com um passo a passo do que, possivelmente, teria ocorrido naquelas duas vésperas fatais de Ano Novo.

Logo após o crime, a *Revista Manchete* tentava traçar o que teria acontecido no dia que culminou na morte de Ângela, amplificando versões de que a socialite teria traído o namorado com um francês, que nunca existiu, e que a briga com Doca também poderia ter sido por ela ter dado em cima de outra mulher na praia. O espaço para tais histórias, propagadas pela defesa do acusado, buscavam reforçar a vítima como uma mulher que havia dado motivos para seu algoz, dentro do que se considerava moral ou imoral na época.

O *Jornal do Brasil* chegou até a reunir escritores para imaginar desfechos inusitados para o caso Daniella, transformando a tragédia em um espetáculo que conjugava humor e até apelava à linguagem pornográfica.

Em suma, por um lado, “os argumentos que servem de apoio à análise são escolhidos em função de seu valor de crença, mais do que de conhecimento, pois as crenças são amplamente compartilhadas pelo grande público, sendo pois suscetíveis de atingi-lo com mais eficiência” (Charaudeau, 2006, p.181; 182). Por outro, “uma psicologização da explicação dos fatos, que consiste em emprestar uma intenção a instâncias coletivas ou a entidades anônimas e mesmo não humanas”, produz um efeito de dramatização para o qual o público não pode ficar insensível (Charaudeau, 2006, p.182).

3.2 Sensacionalismo: ficção, realidade e moralismo

O sensacionalismo consiste em uma postura editorial marcada por recursos emocionais no tratamento de notícias como as de crime, morte, sexo, sobrenatural e desastre. Ele exagera no tema, na apresentação visual ou no texto. “É a produção do noticiário que extrapola o real, superdimensiona o fato” (Angrimani, 1995, p.16). Assim sendo, o contexto de meados dos anos 1970 e do início dos anos 1990 no Brasil somado às estratégias de dramatização dos casos se unem ao sensacionalismo que marcou a cobertura dos assassinatos de Ângela e Daniella.

Logo, é preciso compreender as ferramentas do discurso da mídia que construíram e reforçaram tal prática. Para começar, o ato de comunicação é composto por três instâncias — produção, recepção e produto —, sendo a produção incumbida de conquistar os leitores como consumidores. Quando não se economiza nos artifícios para tal, isto pode levar ao sensacionalismo, à fofoca e à desinformação, como aconteceu com a socialite e a atriz. “As vendas de publicações especializadas realmente deram um salto enorme logo após o crime [contra Daniella]” (Pasqualette, 2022, p.176).

No início de 1993, nada parecia ser capaz de resistir ao afã comercial desenfreado das editoras, cujas estratégias de marketing se revelavam cada vez mais agressivas. Até os anúncios que visavam a incrementar as vendas das revistas se renderiam ao ‘apelo apelativo’ (Pasqualette, 2022, p.174, 175).

Após as mortes e em suas efemérides, revistas de grande circulação de cada período vendiam, repetidamente, capas e matérias estampando as vítimas. As promessas das publicações giravam em torno de lembrar a elas e ao crime e de trazer novos desdobramentos. No caso de Daniella, até posters foram comercializados em edições de cobertura do caso, considerando a popularidade da jovem.

Imagem 10: Ângela estampando capa intitulada “a morte da pantera”, em edição da *Revista Manchete* de 15 de janeiro de 1977



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Imagem 11: Ângela e Doca na capa da edição da *Revista Manchete* de 22 de janeiro de 1977



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Imagem 12: Capa sobre os quatro meses da morte de Daniella, na edição da *Revista Contigo!* de 27 de abril de 1993



Fonte: Daniella Perez - Ela Queria Viver/Facebook

Imagem 13: Capa com o título de “Grande cobertura especial” sobre o crime, com uma foto de Daniella e Raul Gazolla, do dia 16 de janeiro de 1993



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Imagem 14: Capa de Daniella em edição da Revista Manchete sobre os 6 meses do crime, de junho de 1993



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Todo este interesse sobre os detalhes da vida pessoal dos envolvidos, sejam eles verdadeiros ou não, esbarra na noção de espaço público, o qual não pode ser universal, diz Charaudeau, e é dependente da cultura de cada grupo. A diferença entre público e privado não é imóvel e ambos se deixam invadir, sendo levados a se recompor e se redefinir. Assim, as revistas populares, justamente, se aproveitavam da privacidade das celebridades, tornando o privado público. Dessa forma, mesmo com narrativas distintas, as vidas e mortes de Ângela e Daniella acabaram refletindo um igual discurso de fortes inclinações machistas.

3.2.1 Fora dos padrões

“‘Suportar ou não suportar essas consequências, eis a questão.’ A frase era boa, explicava muito ou explicava tudo. Ela continuou fazendo das suas, suportou as consequências tão bem que acabou varada de balas”. Este trecho foi escrito pelo jornalista Carlos Heitor Cony para a *Revista Manchete* de 15 de janeiro de 1977 sobre a morte de Ângela Diniz. Nele, o assassinato da socialite é equiparado a uma “consequência” de seus atos.

Tal reportagem, que ocupou quase uma dezena de páginas daquela edição, começava com um breve relato de como a mineira deslumbrava Belo Horizonte desde os 12 anos e, no mesmo parágrafo, detalha como, vinte anos depois, estava em um necrotério, “deitada numa mesa de mármore, fria e imunda”. Em seguida, Cony recapitula a história da vítima: “Muita coisa aconteceu na vida de Ângela Diniz: um casamento falido, três filhos, um crime de morte em seu próprio quarto, à beira de sua cama”. A introdução da longa matéria é finalizada com: “Problemas de tóxico e de amor, ela queria muito e ao mesmo tempo, até que de repente tudo acabou”.

A construção discursiva aponta para aquela que seria a causa para a consequência de seu fim trágico: Ângela queria demais para uma mulher da época. Citando Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, o sexo feminino sempre ocupou uma posição de inferioridade e subordinação com relação aos homens. E esta mentalidade era — e é — refletida na produção midiática. “O certo é que até aqui as possibilidades da mulher foram sufocadas e perdidas para a humanidade” (Beauvoir, 1980, p.483).

Imagem 15: Reportagem sobre a morte de Ângela em edição da *Revista Manchete* de 15 de janeiro de 1977



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Na edição de 22 de janeiro de 1977, a mesma revista buscou pessoas que conheciam a vítima, de perto ou não, para traçar seu perfil, como se Ângela fosse a pessoa em julgamento, e não Doca. “Segundo seus amigos, teve uma vida atormentada: nasceu, viveu e morreu procurando uma felicidade que nunca chegou a encontrar”, destacava o olho da página.

Entre os que deram depoimentos para falar da jovem de 32 anos, estava o Padre João Batista Megale, que atribuiu o assassinato da mulher a seu comportamento transgressor: “A morte de Ângela é uma denúncia dolorosa contra esses modelos de vida não evangélicos”.

Em outro volume, a *Revista Manchete* voltou a listar os escândalos da vítima, prática comum na imprensa durante a cobertura do caso, e ressaltou que ela “não tinha nada a perder – a não ser a vida”, corroborando a ideia de que Ângela levava uma vida sem valores que justificaria a atitude de Doca. Ao lado deste texto, uma foto da mãe da vítima chorando debruçada no caixão da filha, à beira da cova, com a legenda: “Muita gente chorou com pena da moça que quebrou a vida e a cara de forma breve. Uma amiga que a conhecia bem, olhou-a no caixão e comentou: ‘Finalmente, ela descansou!’ Aos 32 anos, Ângela já devia, de fato, estar cansada.”

Isto posto, fica claro que a imprensa não hesitou em dar espaço para narrativas que atacavam a reputação da mineira. Paulo José da Costa Jr., um dos advogados da família Street, foi entrevistado pela *Revista Manchete* e disse que não podia admitir o “endeusamento” que certos setores da sociedade estavam fazendo com Ângela. “Talvez estejam interessados em usá-la, mesmo depois de morta, como símbolo de libertação total. Libertação sexual, libertação no uso de drogas e assim por diante. Rompimento com todos os velhos padrões sociais que ainda respeitamos”, disse. O próprio jornal *Jornal O Globo*, reconhecido por um jornalismo profissional, longe das colunas de fofoca de outras magazines especializadas, publicou:

Bonita e atraente, desde a adolescência, a moça mineira se viu envolvida pelo cerco de valorização dessas enganosas virtudes. Não soube resistir, e nem houve talvez quem a ajudasse a livrar-se de rumos tão propícios à ação das pressões corruptoras e da exploração sensacionalista (O Globo, 1977).

A mídia também repercutiu que os advogados de Doca estavam investigando a árvore genealógica da vítima para buscar pessoas com doenças mentais e caracterizá-la como uma personalidade neurótica de nascença. O escrutínio da imagem de Ângela acentuado assim que sua morte foi anunciada foi tanto que o famoso cartunista Henfil publicou no *Pasquim*, em 1977: “Tão quase conseguindo provar! Ângela Diniz matou Doca Rua (*sic*)”.

3.2.2 Novela e vida real

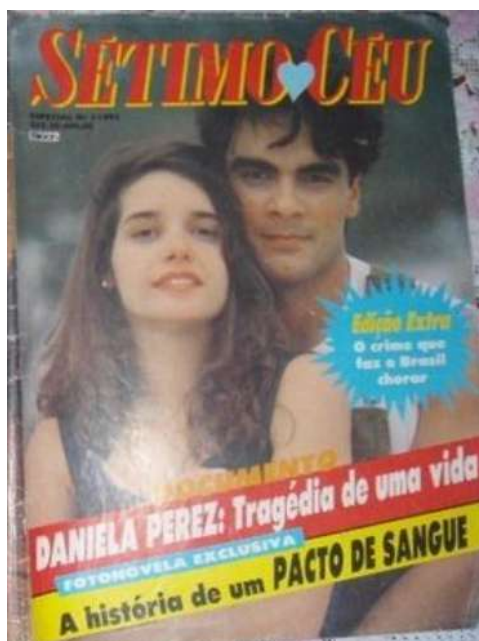
Já no caso Daniella, o ataque à imagem da atriz pela mídia impressa foi mais sutil, com discursos sugerindo algum envolvimento entre a artista e Guilherme de Pádua, desafiando os limites de ficção e realidade. Ao contrário de Ângela, a jovem era vista como uma menina-mulher doce, promissora e um bom exemplo a ser seguido. Ainda assim, não escapou de suposições sexistas. Era, acima de tudo, uma mulher.

Primeiramente, é pertinente relembrar que, quando faleceu, Daniella Perez estava interpretando Yasmin, personagem querida pelo público na telenovela *De Corpo e Alma*. Yasmin tinha dois pretendentes, Caio — representado pelo ator Fábio Assunção — e Bira — interpretado por Guilherme de Pádua.

Após o crime, foi um festival de manchetes e publicações que exploravam a morte brutal da jovem como se fosse parte de um folhetim. A *Revista Sétimo Céu*, especializada em fotonovelas, trouxe, nas semanas que sucederam a tragédia, até mesmo uma fotonovela inspirada no assassinato.

A capa do impresso estampava algoz e vítima juntos em uma foto colorida, com a manchete: “Daniela (sic) Perez: tragédia de uma vida” seguida por “Fotonovela exclusiva – A história do pacto de sangue”. Em uma narrativa problemática, que misturava suspense e terror, sem clareza, a obra era concluída com o trecho: “Mas a única certeza que se tem é que apenas os dois [Guilherme e Paula] sabem exatamente o que se passou naquele momento terrível. Eles e... sua vítima”.

Imagem 16: Capa com Daniella e Guilherme caracterizados para a novela, na edição da *Revista Sétimo Céu* de janeiro de 1993



Fonte: Google Imagens

Destacou-se, nas manchetes da época, o uso do nome dos personagens da vítima e do criminoso em vez dos nomes reais, reforçando a quebra da barreira entre ficção e realidade. Revistas especializadas em televisão já tinham o costume de usar tais nomenclaturas em suas manchetes e acentuaram ainda mais a prática para cobrir o crime. A *Revista Manchete* chegou a fazer uma espécie de trocadilho com a morte da intérprete, no texto de José Louzeiro, usando o nome da personagem e da telenovela ao lado de uma foto de seu cadáver.

Imagem 17: Título trocando o nome de Daniella pelo de Yasmin, na edição da *Revista Manchete* de 9 de janeiro de 1993



Fonte: Daniella Perez - Ela Queria Viver/Facebook

A mesma reportagem narra o caso quase como um conto fantástico. A matéria começa com “Era uma vez uma menininha chamada Daniella (...)” e discorre sobre a vida da artista até o fatídico dia de sua morte. A escolha discursiva auxilia na ficcionalização de um crime completamente real.

Até mesmo grandes jornais acabaram por aderir à tática da troca de nomes, o que não era comum. Um exemplo significativo foi a manchete de capa do *Jornal O Globo*, dois dias após o crime: “‘Bira’ matou Daniella com 16 tesouradas”. Não foi Bira, foi Guilherme. Depois, o veículo ainda manteve a estratégia e divulgou que “‘Mulher de Bira’ ajudou a matar Daniella Perez”. Tratava-se de Paula Thomaz. A *Folha de S. Paulo*, em 30 de dezembro, publicou: “18 golpes de tesoura matam ‘Yasmin’”.

Imagem 18: Manchete sobre o crime nomeando Guilherme como Bira e utilizando foto do casal fictício ao lado da imagem do corpo da atriz, na edição do *Jornal O Globo* de 30 de dezembro de 1992



Fonte: Daniella Perez – Ela Queria Viver/Facebook

Imagem 19: Manchete destacando o nome de Yasmin, na edição do *Jornal O Estado de S. Paulo* de 30 de dezembro de 1992



Fonte: Daniella Perez – Ela Queria Viver/Facebook

“Ficou tudo misturado na cabeça das pessoas. O crime foi violento o bastante para encerrar a ficção, mas a realidade era tão dura que parecia ficção. O muro entre uma coisa e outra se rompeu”, explicou a psicanalista Gilsa Tarré, conforme resgatado no livro “Daniella Perez – Biografia, crime e justiça”.

Charaudeau aponta que exigências de visibilidade e espetacularização tendem a “construir uma visão obsessiva e dramatizante do espaço público, a ponto de não se saber mais se estamos diante de um mundo real ou de ficção” (Charaudeau, 2006, p.259). Ele ressalta que, na imprensa, é o jogo dos títulos que produz um efeito de ofuscamento racional, como explicitam as manchetes do caso Daniella.

Assim, Charaudeau ressalta que todo sujeito que busca relatar um acontecimento se vê diante do “problema da relação entre realismo e ficção” (Charaudeau, 2006, p.156). E “a instância midiática tem problemas de restrições situacionais do contrato de informação, não tem liberdade de inventar história” (Charaudeau, 2006, p.156). Comprovadamente, fica claro que este contrato foi comprometido pela criação de narrativas sobre o crime. “Mais do que despertar a atenção das pessoas, naquele momento a ficção começava a invadir a realidade” (Pasqualette, 2022, p180).

A própria máquina midiática falava com todas as letras sobre a quebra desta barreira. “O caso Daniella reabre a polêmica: a ficção pode influir na realidade?” é o que pergunta uma matéria da *Revista Manchete* de 16 de janeiro de 1993. O *O Globo*, de 30 de dezembro de 1993, chegou a publicar uma nota destacando que “Quem mata é o ator, não o personagem”, em meio às especulações. O material dispunha de entrevistas com psicanalistas que descartavam a possibilidade.

A mídia estrangeira desempenhou semelhante papel ao da brasileira em sua cobertura, apesar desta ter sido menos prolongada. A revista portuguesa *TV7dias* estampou uma capa com a imagem dos personagens Yasmin e Caio, com uma foto de Pádua ao lado, e os escritos: “Ciúmes matam Daniella Perez” e “Tragédia real envolve actores (sic) de corpo e alma”.

Já a *Revista Contigo*, de janeiro de 1993, destacava “Uma novela trágica” ao lado de fotos de pessoas envolvidas no caso, com Gloria ao centro. Mais uma vez, confundindo dramaturgia e crime. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, em edição publicada dois dias após a agressão, deu a manchete “Os dois saíram juntos das gravações”. Tal escolha da frase abre a interpretação de que Daniella e Guilherme haviam saído juntos de comum acordo para um encontro.

Sobre as diferentes interpretações, tendo em mente que o receptor nunca é apenas o alvo ideal, coloca-se uma questão, segundo teorizou Charaudeau: “Pode-se controlar o destino de uma informação quando ela é recebida, recolhida e, posteriormente, transmitida fora do dispositivo inicial? Não poderia produzir efeitos imprevistos de rumor ou boatos?” (Charaudeau, 2006, p.38). E para tais perguntas, ambas as coberturas estudadas neste trabalho nos permitem responder que tal controle não é possível e que rumores e boatos são resultados

recorrentes. “A significação é posta em discurso através de um jogo de dito e não dito, de implícito e explícito” (Charaudeau, 2006, p.38, 39).

Principalmente, pois a instância midiática não tem meios suficientes para saber quem é o público ao qual se comunica. Não há relação de reflexo entre a instância de produção e a de recepção. “O que a primeira constrói são efeitos visados, e estes raramente coincidem com os efeitos realmente produzidos e (re)construídos na instância de recepção” (Charaudeau, 2006, p.242, 243).

No estudo da obra *Análise do discurso*, de Eni Orlandi, temos uma ideia semelhante, que corrobora a tese proposta nesta pesquisa. A autora aborda a distinção entre conceitos vitais para a compreensão dos discursos: a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão. A inteligibilidade não é suficiente para uma interpretação mais profunda e constitui o plano de codificação da língua.

Já a interpretação exige uma atribuição de sentidos, uma relação entre o texto e seu contexto. A compreensão, por sua vez, supõe o reconhecimento de uma determinação sócio histórica dos sentidos e a convergência entre os sentidos produzidos previamente e a memória constitutiva de saberes estabelecidos.

Imagem 20: Matéria misturando realidade e ficção e atribuindo características sobrenaturais ao crime, na edição da *Revista Manchete* de 16 de janeiro de 1993



Fonte: Daniella Perez - Ela Queria Viver/Facebook

Na época, até mesmo abordagens de caráter paranormal foram utilizadas na espetacularização do caso. Ainda que fazer da informação um objeto de espetáculo seja “arriscar-se a ultrapassar as instruções do contrato, a eliminar a finalidade informativa em prol da captação” (Charaudeau, 2006, p.191). Cabe explicar que houve grande especulação sobre o envolvimento de Guilherme de Pádua e Paula Thomaz com misticismos e formas de magia consideradas do mal.

Além disso, a publicação de fotos de Daniella ao lado de seu assassino também foi uma tendência após o crime. As imagens alimentavam a ideia de que o drama teria sido continuidade da telenovela. “Tal postura da imprensa contribuiu bastante para aumentar a desinformação sobre o caso, principalmente em relação ao inverossímil caso extraconjugal mantido pelos atores, fato alegado por Guilherme” (Pasqualette, 2022, p.176). A violência na escolha das imagens foi tanta que, para ilustrar a notícia, alguns veículos publicaram fotos de cenas dos personagens em momentos românticos no meio do mato. Sendo que a atriz foi assassinada em um matagal, onde seu corpo foi encontrado horas depois.

Imagem 21: Matéria sobre o crime com foto do casal fictício em cena, na edição do *Jornal O Globo* de 30 de dezembro de 1992



Fonte: Daniella Perez - Ela Queria Viver/Facebook

Imagem 22: Matéria sobre o crime com foto do casal fictício em cena de beijo, na edição da Revista Manchete de 23 de janeiro de 1993



Fonte: Daniella Perez - Ela Querida Viver/Facebook

Independentemente da motivação dos veículos de comunicação ao ilustrarem matérias sobre o crime com fotos românticas dos personagens Yasmin e Bira, estas imagens serviram para corroborar um imaginário tanto de que o crime era parte da ficção quanto de que os atores poderiam ter um envolvimento amoroso na vida real. A recepção de uma informação tem um papel reativo de “espelho deformante”, pois “o discurso depende de imaginários sociais” (Charaudeau, 2006, p.124).

Imagem 23: Matéria estampando a dupla de páginas com foto do casal Yasmin e Bira, na edição da Revista Manchete de 9 de janeiro de 1993



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Além disso, as fotos que mostravam Daniella e Guilherme juntos podem ser consideradas “imagem-sintoma”, segundo conceituação de Charaudeau. Ou seja, remetem a outras imagens, seja por analogia formal, seja por intermédio do discurso verbal. “Toda imagem tem um poder de evocação variável que depende daquele que a recebe, pois é interpretada em relação com outras imagens e relatos mobilizados por cada um” (Charaudeau, 2006, p.246).

Imagem 24: Capa sobre o crime com foto do casal fictício se abraçando, na edição da *Revista Amiga* de janeiro de 1993



Fonte: Daniella Perez - Ela Queria Viver/Facebook

Assim, outros elementos combinados com as fotos potencializam seu poder de sugestão. Neste caso, os nomes dos personagens em vez dos atores, as manchetes apelativas e, até mesmo, o uso de palavras como “ciúmes”, que auxiliavam a remeter algum envolvimento entre vítima e assassino. “O valor dito referencial da imagem, o valor de substituição da realidade empírica, é enviesado desde a origem, pelo fato de uma construção que depende de um jogo de intertextualidade, jogo que lhe confere significação plural, jamais unívoca” (Charaudeau, 2006, p.246).

Para configurar uma imagem-sintoma, é preciso conter os dramas, as alegrias, os sofrimentos ou a simples nostalgia de um passado perdido — o que ocorre neste exemplo. Está tudo ali: o drama do crime, o sofrimento da perda e a nostalgia da história interrompida. Assim, estas fotos acabam por ocupar um lugar nas memórias coletivas, como sintomas de acontecimentos dramáticos.

“Essas imagens-sintomas impõem-se a nós de maneira teimosa e nos ofuscam a ponto de só vermos nelas a força simbólica” (Charaudeau, 2006, p.248). A questão é que “o telespectador toma a imagem em sua função mimética, isto é, dando conta da realidade do mundo, quando de fato é carregada de efeitos emocionais por conta de sua função de sintoma” (Charaudeau, 2006, p.248). Isto explica, parcialmente, a memória construída sobre o caso Daniella Perez: nebulosa e com dúvidas acerca de um possível romance da artista com seu algoz.

Especialmente porque uma imagem pode despertar lembranças de experiências passadas sob a forma de outras imagens. Isto perturba o efeito de transparência, “pois interpretamos e sentimos a imagem, ao mesmo tempo, através da maneira pela qual ela nos é mostrada e através de nossa própria história individual ou coletiva” (Charaudeau, 2006, p.255).

Para a mãe da atriz, a autora Glória Perez, ver as fotos de sua filha com o agressor estampadas nas bancas doeu mais do que olhar os registros do cadáver, pois “aquilo era continuar matando ela”, desabafou no documentário *Pacto Brutal: o assassinato de Daniella Perez*. As imagens da vítima com Guilherme chegavam a ocupar páginas inteiras.

4. A representação da mulher na mídia

O aspecto central desta pesquisa é a representação de duas mulheres na mídia – no caso, de Ângela Diniz e Daniella Perez. Dessa forma, deve-se entender que lugar as mulheres ocupam no conteúdo produzido pela imprensa. Em *Imagem da Mulher na Mídia: Controle Social Comparado*, a psicóloga Rachel Moreno aponta que esta parcela da população ainda é bastante objetificada por diferentes veículos de comunicação.

“No vídeo e na mídia impressa, abundamos como ‘musas’: anunciamos, vendemos, somos insinuadas como moscas ou brindes, que praticamente caem no colo do feliz proprietário ou consumidor do produto anunciado” (Moreno, 2017, p.32). Aqui cabe ressaltar que, apesar da análise da autora datar de 2017, a situação também era recorrente – e ainda mais intensa – nos anos 1970 e 1990, quando os assassinatos em questão aconteceram.

Podemos localizar esta prática no conceito de estereótipo. No caso deles, “ao identificar determinadas posturas ou comportamentos automaticamente enquadrados as pessoas que os possuem em categorias previamente definidas” (Soares, 2009, p.2). Assim, desde muito antes de 1976 e 1992 e, infelizmente, até hoje — mesmo com avanços —, muitas vezes, expectativas sexistas e patriarcais sobre o papel da mulher são reforçadas pela mídia.

E os estereótipos estão por toda parte, por exemplo: “Existem no uso de mulheres sofisticadas para promover produtos cosméticos e de beleza, ou nas histórias de mulheres como cuidadoras e donas de casa” (Moreno, 2017, p.70). A psicóloga aponta um distanciamento inaceitável entre os estereótipos que continuam a ser utilizados como imagem das mulheres e a pluralidade de seus papéis familiares e sociais, de suas atividades e aspirações (Moreno, 2017, p.75).

4.1 Até depois de mortas

Compreendido o reflexo da sociedade patriarcal e machista brasileira também nas mídias, agora vamos explorar o recorte da representação da violência contra a mulher na imprensa do Brasil, mantendo o foco na cobertura dos crimes contra Ângela Diniz e Daniella Perez.

Em uma edição especial da *Revista Amiga* sobre o aniversário de um ano da morte da atriz, o destaque é a fala de Glória Perez: “Quando vi que minha filha ia ser julgada como co-autora, resolvi agir”. A declaração resume uma prática que remonta décadas e persiste na atualidade: quando uma mulher é vítima de feminicídio — ou outras violências —, é comum

que surjam narrativas corroborando um discurso que culpabiliza a vítima e faz com que ela precise se defender até depois de morta.

“Nesses delitos vemos com clareza a circulação de discursos tragicamente tradicionais, através de consolidados imaginários sociodiscursivos sobre as mulheres” (Gomes, 2021, p.221). Frequentemente, agressores recorrem a defesas para justificar seus atos com base em alguma falha da mulher — estratégia muito famosa no caso de Ângela. “Eles mal se pensam infratores, porque suas vítimas fizeram por merecer, simplesmente por serem mulheres que, segundo eles, carregam características precisas: propensas a traição, desobedientes em relação a seus parceiros, sedutoras quando deveriam ser recatadas” (Gomes, 2021, p.221).

Considerada uma mulher fora dos padrões de moral e ética da época, Ângela foi, diversas vezes, culpabilizada pelo próprio assassinato. Não só no julgamento, como veremos no próximo capítulo, mas também pela própria imprensa. Ela sofreu o que se conceitua como revitimização, “um processo de sofrimento contínuo infligido a uma pessoa que foi vítima de um ato violento” (Freire Filho; Anjos, 2022, p.4). Em um dos jornais diários da *Rede Globo*, o jornalista Sergio Chapelin introduziu o crime da seguinte forma: “Ângela era uma mulher anormal? Empurrou a vítima para o crime?”. A vítima, no contexto da frase, era Doca, que desferiu três tiros no rosto da namorada.

Em entrevista à *Revista Manchete*, Milton Villas Boas Filho, de 18 anos, afirmou: “Doca matou minha mãe duas vezes”. A primeira, quando tirou sua vida, a segunda, quando impulsionou os ataques à sua reputação. Nos casos Diniz e Perez a presença dos parentes e amigos das duas em veículos de comunicação, tentando defendê-las e pedir por justiça, foi recorrente.

Imagem 25: “Minha mãe morreu por amor, mas foi morta pelo ódio”, repetiu o jovem Milton várias vezes para edição de 1979 da *Revista Manchete*



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Na véspera do primeiro julgamento do assassino, Maria Diniz enviou uma declaração para a mesma magazine, contando “como ela [Ângela] foi querida por todos que a conheciam bem” e explicitando as qualidades da filha, o quanto ela ajudava as pessoas. Em outra edição, a mãe de luto diz que qualquer que tenha sido a vida de sua primogênita, Doca não tinha direito de matá-la. No tribunal, os advogados apresentaram cartas de bons antecedentes tanto de Doca quanto de Ângela, em atitude que colocava a mineira sob julgamento e auxiliava na construção de um discurso reproduzido pela imprensa.

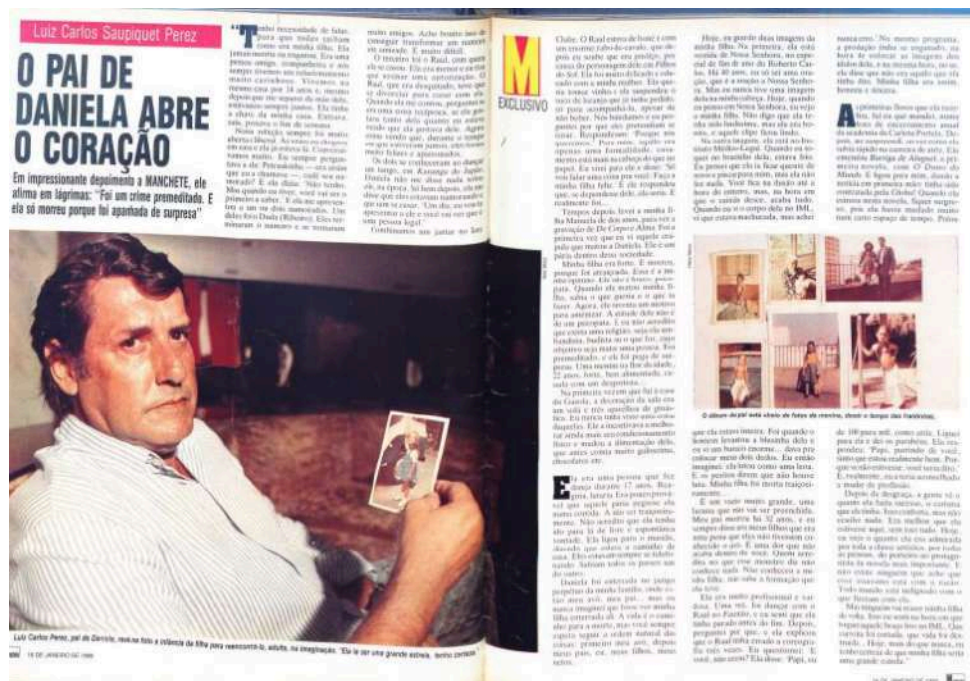
O Pasquim, um dos únicos jornais que ficou contra o algoz da socialite depois do crime, refletiu sobre a situação em sua edição 538, de 1979: “Ângela Diniz será constantemente encaminhada ao banco dos réus. Por mais condenáveis que fossem, pelos padrões morais vigentes, certos hábitos de Ângela, eles não têm força própria para indultar o seu assassino”.

Na década de 1990, Gloria Perez não mediu esforços para sair à público e proteger a imagem de Daniella das histórias inventadas por Guilherme de Pádua. Após ser acusado do crime, ele alegou que a atriz tinha um interesse amoroso por ele, o que estava prejudicando seu casamento com Paula Thomaz. A narrativa pintava a atriz como adúltera, já que esta era casada com o ator Raul Gazolla. Yasmin, personagem da jovem na telenovela, era uma

mulher sensual, o que acrescentou mais um elemento às táticas utilizadas para criar uma imagem da vítima que justificasse o crime, como se ela tivesse buscado aquele fim.

“A vítima acaba se tornando ré. Julga-se o comportamento de quem foi assassinado”, disse a jornalista, em entrevista para a *Revista Manchete*, em 30 de janeiro de 1993. Assim, pouco mais de dez dias após a tragédia, na edição em 9 de janeiro de 1993, atores lotaram páginas para defender a amiga. “O importante, agora, é defender a Dani das mentiras de Guilherme”, declarou Fábio Assunção. Cláudia Raia apontou: “Mais uma vez, num crime contra a mulher, o assassino tenta se transformar em vítima”. Já o ator Eduardo Martini afirmou: “Estou aqui para defendê-la”.

Imagem 26: Pai de Daniella Perez mostra foto da filha criança em imagem que ilustra entrevista para a edição de 16 de janeiro de 1993 da *Revista Manchete*



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Na edição seguinte da *Manchete*, de 16 de janeiro de 1993, o pai da jovem faz uma rara aparição na imprensa, juntando-se ao esforço de preservar sua memória. “Tenho necessidade de falar, para que todos saibam como era minha filha. Jamais mentiu ou enganou”, disse Luiz Carlos Saupiquet Perez.

Na mesma publicação que detinha o depoimento emocionado de um pai em luto, os seguintes trechos compunham outra reportagem: “Guilherme confidenciou aos policiais que Daniela (sic) seria portadora de HIV” e “com base na preocupação do acusado, bem que a

polícia deveria ter pedido exames para detectar a possível presença do HIV em Guilherme, Paula e Daniela (sic). Isso poderia contribuir de forma definitiva para esclarecer a tragédia”. Esta é mais uma mentira repercutida pela imprensa, que sugere a realização de exames no cadáver da atriz para descobrir se ela teria ou não uma relação extraconjugal com seu algoz. O recorte reflete, também, o preconceito contra portadores do HIV nos anos de 1990, ainda no início desta pandemia.

O próprio uso, já mencionado, de fotos e nomes dos personagens Yasmin e Bira em diversas manchetes, confundindo realidade e ficção, já criava uma certa atmosfera implícita de sugestão. Para o linguista francês Oswald Ducrot, os implícitos visam a necessidade de se dizerem certas coisas e de “se poder fazer como se não as tivesse dito; de dizê-lo, mas de tal forma que se possa recusar a responsabilidade e tê-las dito” (Ducrot, 1988, p.13).

Tal escolha discursiva é perigosa, pois toda significação de um acontecimento é sempre resultado de uma leitura, que o constrói. O acontecimento midiático, por sua vez, é objeto de uma dupla construção: a de uma encenação levada a efeito pela transmissão, que revela o olhar da instância midiática, e a do leitor que a recebe e interpreta. “Os efeitos resultantes são múltiplos, ligados à maneira pela qual as encenações visuais, os relatos e os comentários jornalísticos influenciam-se mutuamente” (Charaudeau, 2006, p.243).

Por conseguinte, estereótipos machistas foram utilizados até na cobertura internacional do caso Daniella. A manchete de um jornal dos Estados Unidos foi, em tradução livre: “Símbolo sexual de telenovela esfaqueada até a morte por amante das telas em paixão da vida real”. A soma de machismos objetifica a artista e dá a entender que os dois tinham um caso, acrescentando-se o fato de que uma foto de um momento sensual dos personagens Yasmin e Bira estampava a página.

Imagem 27: Repercussão da morte de Daniella nos EUA, em veículo brasileiro desconhecido, com publicação em data desconhecida



Fonte: Google Imagens

Entretanto, é preciso pontuar que não foi a totalidade do conteúdo produzido pela mídia impressa, objeto deste trabalho, que colaborou para a culpabilização da vítima. Porém, em muitos casos, o simples silêncio frente à publicação de declarações violentas e mentirosas de Doca, Pádua e suas equipes já foram o suficiente para endossar o cenário.

Globo Repórter Atualidade: Sobre o assassinato de Ângela Diniz. Bem editado, uma montagem de todas as reportagens feitas a respeito, alguns enxertos passáveis, texto cuidado. Neutro e objetivo. Mas e daí? Em certos assuntos, neutralidade e objetividade incomodam. É preciso a paixão do engajamento — não a paixão assassina do “Doca” (O Pasquim, 1977).

Por deixar de informar ou elucidar questões, há um reforço, consequentemente, do lado mostrado e a rejeição ou apagamento dos fatos silenciados. “Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa forma, as próprias palavras transpiram silêncio” (Orlandi, 2007, p.11).

Além disso, em ambos os casos, houve grande espetacularização por parte da imprensa. Sob o prisma de Moreno, a exibição constante de tantas cenas de violência acaba por banalizá-la e naturalizá-la. “O pano de fundo sobre o qual ela se constitui — a opressão de gênero, a desigualdade e a exclusão — não é foco de discussão, de reflexão, de questionamento, embora isso exista na sociedade” (Moreno, 2017, p.34).

Outro ponto importante é como tal discurso da imprensa, para além das duas vítimas, buscava constantemente atribuir culpa a mulheres, no geral. Por exemplo, em reportagem escrita por pelo jornalista Roberto Muggiati, a *Revista Manchete* dissertou sobre os desafios de Gloria Perez em *De Corpo e Alma* e finalizou com “Onde ela perdeu o comando, ironicamente, foi no relacionamento de Yasmin com Bira. Desta vez, com violência brutal, a vida foi à forra”. Logo, a composição acaba por culpabilizar a novelista, em certa medida, pelo desfecho fatal da própria filha.

A mesma publicação, no dia 9 de janeiro de 1993, traz o seguinte trecho: “Na verdade, Guilherme de Pádua tramou o assassinato de Daniela (sic), lendo os roteiros de Gloria Perez e o fez como ator e personagem, o que torna a tragédia ainda mais inusitada e pungente”. O texto foi finalizado com uma narrativização que tratava o assassinato de forma dramatúrgica, comparando, inclusive, com uma obra de Nelson Rodrigues.

Imagem 28: Reportagem intitulada “Glória Perez perde a filha e a personagem”, na edição da Revista Manchete de 9 de janeiro de 1993



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Em 1979, o jornalista Humberto Borges intitulou: “O Crime da Pantera – Doca Street: os homens o condenam, as mulheres o absolvem”. Não foi feita nenhuma pesquisa de opinião seguindo os critérios técnicos para o alcance de tal afirmação. E esta, se pensada de forma qualitativa, não conversa com os relatos da época do primeiro julgamento, que mostram que a grande maioria apoiava Doca, não somente as mulheres. Mas, mais uma vez, o discurso coloca o maior peso sobre elas.

4.2 Choques com a ética do jornalismo

Toda a discussão apresentada até agora neste trabalho converge para um tema elementar: a ética no jornalismo – ou a falta dela. Segundo o professor Eugênio Bucci, o jornalismo em si próprio é a realização de uma ética, pois consiste em publicar o que os outros querem esconder, mas que o cidadão tem direito de saber. (Bucci, 2000, p.41; 42). O autor também aponta que um êxito em número de vendas, por exemplo, não torna eticamente aceitável a conduta daquele que age para atingir a um fim. (Bucci, 2000, p.24).

Ao longo da análise da cobertura do casos Ângela Diniz e Daniella Perez pela mídia impressa, fica latente, ainda que não de forma generalizada, que muitos veículos de

comunicação e jornalistas atuaram com sensacionalismo nos reportes dos crimes visando, em grande parte, aumentar o consumo de revistas e jornais por parte de um público que ansiava saber mais sobre a tragédia.

Porém, “a imprensa é a materialização de uma relação de confiança, e não simplesmente um serviço de fornecimento de produtos informativos para o consumo” (Bucci, 2000, p.52). Entre os recursos utilizados em reportagens sobre os assassinatos, encontramos diversas camadas de um machismo que chegou, até mesmo, a culpabilizar as vítimas por seus destinos fatais. Aqui, não se deseja praticar anacronismos e já se apresentou um panorama sobre as sociedades de cada época e suas mentalidades. Ainda assim, é possível destacar a presença de um conflito citado por Bucci: a esfera da independência jornalística que depende das convicções pessoais de cada profissional.

Cada profissional é moldado por suas próprias crenças, ideologias, identificações e preferências, e não há como fugir disto. “Mas, como o jornalismo tem por meta a objetividade, muitas vezes esses aspectos da personalidade de cada um — repita-se, humanos — atrapalham o distanciamento requerido pela pretensão à objetividade” (Bucci, 2000, p.90). Assim, a questão do jornalismo se confunde com o da pesquisa na área das ciências humanas, onde nem sempre há uma distinção clara entre o sujeito e o objeto.

Ideologias sexistas comuns nos períodos tratados — e que, de certa forma, ainda persistem até os dias de hoje — atravessaram o ideal de uma produção de notícias imparcial e objetiva sobre os fatos ocorridos em 1976 e 1992 e seus desdobramentos. Isto reforça a máxima de que, na prática, a objetividade no jornalismo é impossível, apesar de todos continuarem acreditando nela, que está no fundamento do pacto de confiança entre imprensa e sociedade (Bucci, 2000, p.92).

Contudo, “o pecado ético do jornalista não é trazer consigo convicções e talvez até preconceitos. Isso, todos temos. O pecado é não esclarecer para si e para os outros essas suas determinações íntimas”, posando de “neutro” (Bucci, 2000, p.97). Dessa forma, é importante diferenciar o que é opinião do que é informação e buscar um equilíbrio entre convicções e objetividade.

Este balanço se faz ainda mais urgente quando compreendemos que a opinião acaba por ser indissociável do desenvolvimento do texto, o que se reflete em títulos que, muitas vezes, exprimem julgamentos, apelidos e até piadas. Este traço é recorrente em revistas, objetos de estudo desta pesquisa, nas quais o editorial se espalha por todas as páginas. (Bucci, 2000, p.111).

“A fórmula das revistas assimila e prevê a incidência da opinião na forma de articular as informações — mas, importante, essa opinião já é, ao menos em parte, compartilhada pelo público” (Bucci, 2000, p.111). Nesse contexto, a afirmação se confirma, pois parcela da sociedade compartilhava de pensamentos machistas e tendia a ver Ângela como uma “devassa” e a acreditar em um possível envolvimento entre Daniella e Guilherme. Entretanto, é necessário reforçar que, mesmo com a disseminação de tais sugestões, toda a população brasileira se comoveu, especialmente, com a morte da atriz.

Isto exposto, na busca pelo lucro do mercado editorial, outro aspecto também é essencial: a credibilidade. Esta é produzida com qualidade editorial e não atrapalha os ganhos financeiros, mas os eleva. (Bucci, 2000, p.70). Mais do que isso, é ela que pauta o pacto entre jornalista e leitor, e não o entretenimento. Em casos complexos como estes, onde a verdade é, por vezes, precária, a credibilidade da imprensa precisava ter sido firme, sem espaço para ficcionalizar a realidade ou propagar discursos que corroboram mentiras contadas pelos assassinos sobre a vida pessoal das vítimas.

Bucci cita a criação de uma realidade espetacular pelo jornalismo, a qual é feita para seduzir e emocionar a plateia. Dentre suas consequências, não está somente o sensacionalismo, mas “redunda em egocentrismo, em fetichismo, em sexismo e se materializa no culto das falsas imagens”. Os personagens, mesmo sendo reais, acabam fabricados, pois “sua composição segue uma coerência mais dramática do que propriamente factual” (Bucci, 2000, p.142).

Como se apreendeu anteriormente, toda a dramatização aplicada na cobertura da morte de Daniella foi apoiada na produção de uma estrutura folhetinesca que misturava telenovela e realidade, “fabricando” personagens em cima de pessoas reais. Também houve grande apelo ao drama na repercussão do caso Ângela, com matérias que se repetiam em descrever a história da socialite quase como um roteiro onde Doca Street era o mocinho e ela, a vilã.

Assim, a imprensa deve focar em sua responsabilidade e não em uma culpabilidade. A primeira estigmatiza, sem julgamento de valor, “o fato de que todo ato de um indivíduo traz consequências e inscreve-se numa cadeia de causalidade que implica outros indivíduos e outros atos”. A responsabilidade é de ordem ética, enquanto a culpabilidade é de ordem moral e jurídica (Charaudeau, 2006, p.270). Por fim, cabe ressaltar que este trabalho não possui em seu cerne o julgamento ou a demonização do jornalismo, que é fundamental para o bom funcionamento da democracia. Pelo contrário, este estudo é uma prova de confiança que atitudes equivocadas do passado podem ensinar aos profissionais do presente e do futuro.

5. Mídia, julgamento e lei

Entre as muitas semelhanças entre as mortes de Ângela e Daniella, apontamos mais uma: ambos os julgamentos foram definidos por tribunais do júri. Cabe explicar que um tribunal do júri é composto por um juiz presidente e vinte e cinco jurados, onde sete compõem o conselho de sentença. Dessa forma, é o popular quem decide o destino dos acusados, seguindo a legislação e sua consciência.

Nesses casos, é inegável considerar a influência da mídia na formação da opinião pública, o que inclui as pessoas designadas para o banco do júri. “Ao gerar matérias de grande repercussão midiática existe uma grande chance de, em determinados casos, afetar efetivamente a imparcialidade do tribunal do júri ou do juiz” (Bonjardim, 2002). Aqui, acentua-se o problema da ausência de inclinação necessária no meio jurídico e difícil de ser alcançada pelos veículos de comunicação, como analisado no capítulo anterior.

Agora, iremos entender o discurso da imprensa, os contextos e os resultados dos julgamentos de Doca Street, Guilherme de Pádua e Paula Thomaz. É hora de compreender que, além de reproduzir e ampliar narrativas machistas, a mídia impressa também teve papel importante para que, por fim, as vítimas obtivessem alguma justiça.

5.1 Doca Street: o primeiro julgamento e o herói

“Aquela moça continua sendo assassinada todos os dias e de diferentes maneiras”, escreveu o poeta Carlos Drummond de Andrade, em 1979, ano do primeiro julgamento do caso Ângela Diniz. Mas, antes do tribunal em si, é necessário retrocedermos para o início de 1977, logo após o crime. Desde o início, Doca Street ganhou grande espaço nas páginas de revistas e jornais com capas e matérias que o representavam como um homem de alta estirpe em sofrimento, que havia matado por amor.

Conforme mencionado anteriormente, antes mesmo de se entregar à polícia, o paulista concedeu entrevistas exclusivas para a *Globo* e a *Revista Manchete*. Nesta última, inclusive, há uma espécie de ensaio de fotos do assassino confesso na fazenda onde estava escondido.

Imagem 29: Dupla de páginas intitulada “Doca: Porque matei a mulher que amava”. na edição da Revista Manchete de 22 de janeiro de 1977



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

A reportagem de 22 de janeiro de 1977 já começa falando como Doca está sofrendo e chega a descrevê-lo da seguinte forma: “Ele está magro, rouco, e parece um condenado à espera do golpe do carrasco”. Durante a entrevista, na qual se propõe a falar a “verdade” sobre o que aconteceu, o criminoso narra como se apaixonou por Ângela, ressalta os vícios da namorada e detalha a briga que teria o levado a atirar. Dando sequência, a edição destaca os feitos do homem, como se fosse um currículo para comprovar sua índole.

Doca aponta repetidamente que estava alucinado, que a falecida o tirava do prumo, e justifica que não a deixava sair de casa porque ela era viciada em provocar os homens. Também afirma que só largou a esposa (Adelita Scarpa) porque Ângela prometeu mudar, mas que, mesmo assim, estava envolvida em problemas com vodka e casos com mulheres — algo extremamente mal visto em uma sociedade ainda mais homofóbica como a da época.

A construção da imagem de Doca ia se fortalecendo de forma diretamente proporcional à degradação da reputação da vítima. A situação fica mais grave quando considera-se que o universo da informação midiática é um universo construído. O acontecimento nunca é transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de várias racionalizações, como seleção dos atores e dos fatos, modos de visibilidade e categorias de entendimento. (Charaudeau, 2006, p.95).

O autor conclui: “Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. Nela, a instância de recepção encontrará pontos de referência, e desse encontro emergirá o espaço público” (Charaudeau, 2006, p.151).

Em publicação também da *Revista Manchete*, de número 1.292, o irmão do assassino saiu em sua defesa afirmando que Doca teve uma “paixão negra” — em expressão racista. Luís Carlos Street reforçou a tese de que Ângela teria virado a cabeça do playboy paulista e listou todas suas conquistas profissionais e familiares.

Imagem 30: Entrevista com o irmão de Doca Street, em edição da *Revista Manchete* de janeiro de 1977



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

“O que aconteceu ao meu irmão foi uma trágica fatalidade”, ele disse, mudando a ordem dos fatores, já que quem havia sido acometida por uma trágica fatalidade tinha sido Ângela. Este discurso de que a socialite teria o deixado fora de si aponta para uma mentalidade de que Doca não era responsável pelos seus atos, pois não estava em pleno estado de suas faculdades mentais.

Dois anos depois, em outubro de 1979, às vésperas do primeiro julgamento, a *Revista Manchete* estampou Ângela na capa, com uma pequena foto de Doca ao lado e a pergunta: “Doca Street merece castigo?”. A matéria assinada por Carlos Heitor Cony começa afirmando que, do ponto de vista legal, ele merece ser condenado. “Mas, além das

leis, há o homem. Esse homem — segundo os advogados que o defendem — estava apaixonado pela mulher e pelo enigma que cada amor traz consigo”, completou o jornalista.

Cony continua: “Esnobado por Ângela, por ela abandonado, ele decifrou o seu problema à maneira dos passionais: matou-a com quatro tiros”. É relevante pontuar que o crime passionai não é um tipo penal, não sendo mais do que um homicídio doloso, qualificado ou privilegiado.

Imagem 31: Em mais uma imagem remetendo a um ensaio de fotos, Doca caminha na praia, em edição da *Revista Manchete* de outubro de 1979



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

A espetacularização do julgamento foi tanta que a magazine deu até o perfil de cada membro do júri popular, além dos advogados e promotores envolvidos. O pai de Doca também era figura recorrente na imprensa, que o chamava até de “Pai-herói”: “Desde o dia do crime lutou como um leão para salvar o filho da cadeia. Ele soube merecer o respeito de todos”.

Nas ruas de Cabo Frio, o frenesi era grande com a chegada do dia D. O discurso da imprensa, ao mesmo tempo, refletia e inflamava o sentimento popular. E foi assim que Raul Fernando do Amaral Street chegou ao banco dos réus em 17 de outubro de 1979: aplaudido por uma multidão que o aguardava na porta, dividindo espaço com a imprensa que tentava registrar seus passos.

O advogado do assassino, Evandro Lins e Silva, baseou a defesa na tese de legítima defesa da honra, que responsabilizava a vítima pelo crime. A tese era utilizada em casos do

que hoje chamamos de feminicídio ou agressões contra a mulher para justificar a atitude do suspeito. O argumento era de que essas violências seriam aceitáveis se a conduta da vítima ferisse a honra do agressor.

Nas longas horas de fórum, a vida de Ângela foi completamente examinada: moral, vida sexual, envolvimento em outros crimes, possíveis vícios em álcool e drogas... Nada ficou de fora. Evandro chegou a chamá-la de “vênus lasciva” e “prostituta de alto luxo da Babilônia”. Disse que Ângela queria “vida livre, depravada”.

Imagem 32: “O assassino-herói é ovacionado pelo povo”, em edição da *Revista Manchete* de 1979



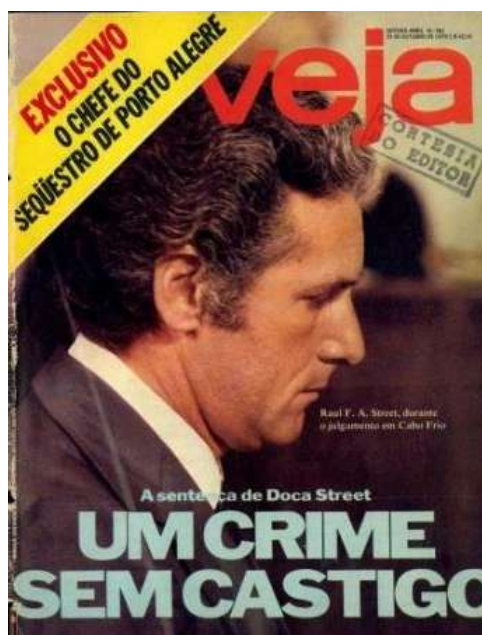
Cena real que faria sucesso numa novela de Janete Clair: o assassino-herói é ovacionado pelo povo.

Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

O tribunal do júri condenou Doca Street por cinco votos a dois a uma pena de 18 meses pelo crime e seis meses por ter fugido da justiça, com direito a *sursis*. Dado que já havia cumprido sete meses preso, um terço da pena, saiu livre do tribunal para a euforia do público que acompanhava o desfecho.

Sempre na contramão, *O Pasquim* publicou, em sua edição 540, do mesmo ano: “Ângela Diniz condenada a 2 anos com *sursis*”. A *Revista Veja* também foi mais crítica à resolução do júri, colocando Doca na capa da revista com a manchete: “Um crime sem castigo”.

Imagem 33: O primeiro julgamento em tom mais sóbrio na revista semanal *Veja*, em edição de outubro de 1979



Fonte: Google Imagens

5.2 Doca Street: o segundo julgamento e as feministas

A acusação recorreu e Doca foi levado a um novo julgamento em 1981. Entretanto, o cenário foi bem diferente desta vez. Primeiramente, cabe reconhecer que muitos exilados voltaram para o Brasil em 1979, com a Lei da Anistia, incluindo mulheres envolvidas com movimentos feministas que floresciam na Europa.

Somado a isto, novos assassinatos de mulheres por seus companheiros chocaram a opinião pública, provocando um efeito cumulativo. Em 1980, Heloísa Ballesteros, de 32 anos, e Maria Regina Souza Rocha, de 30 anos, foram mortas por seus maridos em um intervalo de 15 dias. Em ambos os casos, os cônjuges eram extremamente ciumentos e as duas, donas de casa mineiras, desejavam a separação.

Uma semana depois da morte de Heloísa, a *Revista Veja* lembrou Ângela Diniz e Jô Lobato⁹ e publicou: “foram todas mulheres de temperamento forte, quando quiseram separar-se e escolher outros caminhos, foram fulminadas pelas balas que Minas [Gerais] ainda reserva para as mulheres que violam o seu código de honra conjugal”.

⁹ Josefina (Jô) Souza Lima foi morta em Belo Horizonte, em 1971. Ela era filha do ex-prefeito da capital e foi assassinada pelo marido, Roberto Lobato, devido ao ciúmes do criminoso. O culpado foi absolvido por um júri, dois anos depois, com a tese da legítima defesa da honra, segundo reportagem do *Brasil de Fato*, publicada em 2019. (<<https://www.brasildefatomg.com.br/2019/01/09/artigo-or-feminicidio-x-intelecto>>)

O assassinato destas duas mineiras foi o estopim para um movimento de mulheres em Minas Gerais que iria se reverberar pelo país. A falta de reação à morte de Ângela, em 1976, não se repetiria agora. Ainda mais porque Heloísa e Maria Regina seriam vítimas mais “fáceis” de defender, pois seguiam os costumes da época.

O grupo organizou uma manifestação em 1980, o que era incomum tanto por ser um protesto em plena ditadura quanto por ser de combate à violência contra as mulheres. Foi semana depois do falecimento de Maria Regina, em Belo Horizonte, em uma missa pela alma das mulheres mortas. A novidade chamou a atenção da imprensa que, segundo membros do movimento, em entrevista ao podcast *Praia dos Ossos*, chegou a divulgar o ato antecipadamente.

O *Diário da Tarde* (MG) publicou uma cobertura do evento e até o *Jornal Nacional* transmitiu uma matéria sobre o acontecimento. O grupo tinha várias jornalistas que tinham noção de critérios de noticiabilidade e estrategicamente conseguiam aumentar a repercussão. Rapidamente, a mobilização ganhou espaço em veículos de mídia de diversos cantos do Brasil. Na edição 650 de *O Pasquim*, em 1981, uma leitora escreveu: “Como faço para me aliar à essa Frente de Libertação Angela Diniz?”

Imagem 34: Divulgação da manifestação em memória das mulheres vítimas de violência, em edição do *Diário da Tarde* de 1979



Fonte: Reprodução Diário da Tarde/Praia dos Ossos

Imagem 35: Registro da manifestação, com informações sobre a primeira reunião do comitê organizado pelo grupo de mulheres, em edição do *Diário da Tarde* de 1979



Fonte: Reprodução Diário da Tarde/Praia dos Ossos

Imagem 36: Repercussão do movimento feminista em Minas Gerais, em edição do *Diário da Tarde* de 1979



Fonte: Reprodução Diário da Tarde/Praia dos Ossos

Desse movimento nasceu o slogan “Quem ama não mata”, que virou o maior lema da luta em defesa das mulheres na época e é usado até hoje. Em 1982, a *TV Globo* lançou uma minissérie com o slogan de título. A trama abordava dificuldades nas relações amorosas e tinha o assassinato de uma mulher como mistério principal. Décadas mais tarde, em 2017, a emissora fez um remake da produção (*Felizes para sempre?*). Ainda que o foco

deste trabalho seja o impresso, cabe ressaltar que, neste período, programas progressistas em relação aos direitos e desejos femininos estrearam na televisão, como *Malu Mulher* (1979) e *TV Mulher* (1980), fortalecendo o cenário em construção.

Foi nesse novo contexto que Doca chegou para o segundo julgamento. Se da última vez tinha uma claque de apoiadores, agora encontrou uma vigília de feministas na porta do fórum de Cabo Frio. Dentro do tribunal, as argumentações de defesa e acusação pouco mudaram, mas o discurso popular, reforçado pela imprensa, era outro. Doca Street foi, enfim, condenado a 15 anos de prisão. Deste tempo, cumpriu três anos e meio de pena em regime fechado.

A repercussão do resultado pela *Revista Manchete*, por exemplo, também mudou. Longe das antigas matérias com verdadeiros ensaios fotográficos do então réu, agora a popular magazine estampava a reportagem com uma foto de Doca com a mão no rosto, ouvindo sua sentença. No título, uma fala do próprio: “Já cheguei ao tribunal condenado”.

A publicação também destaca o “clima exaltado pelas feministas”, ressaltando que “também as feministas apareceram, jurando que dessa vez Doca seria condenado ‘lá dentro ou aqui fora’”. Os jornalistas Jorge Aquino Filho e Vinicius Lima voltam a citar o grupo em outra parte do mesmo texto: “as feministas, que organizaram vigília durante o julgamento, também ficaram animadas com o resultado”.

E os repórteres até concluem com uma afirmação deveras exagerada: “Os homens não matarão mais as mulheres e Ângela Diniz deve estar feliz ‘lá em cima’”. “Lá em cima” entre aspas, reforçando qual destino seria merecido por Ângela até o fim.

5.3 Caso Daniella: A mídia como juíza

Em mais uma semelhança com os desdobramentos midiáticos da morte de Ângela Diniz, o julgamento do caso Daniella Perez também foi espetacularizado pela imprensa desde o início. Já de forma diferente, os assassinos da atriz não foram absolvidos pelos veículos de comunicação, como aconteceu com Doca Street, e suas penas não só não foram relativizadas como também a própria mídia ajudou a liderar um movimento por punições mais severas aos criminosos.

Desde a revelação de que o crime havia sido cometido por Guilherme de Pádua e, posteriormente, a descoberta da participação de Paula Thomaz, os jornais e revistas da época condenaram os dois, mesmo antes do tribunal do júri. Ainda que grande parte da imprensa impressa tenha disseminado versões dos culpados e agido com machismo e

sensacionalismo, como foi mostrado anteriormente neste trabalho, não era questionada a culpa e crueldade do casal.

O discurso midiático impulsionou e se somou à mobilização popular contra os assassinos. Além do sentimento de revolta, a violência do caso também aumentou a sensação de insegurança na população que também estava sensibilizada pela notícia da morte da menina Miriam Brandão, de 5 anos. A criança foi sequestrada, em 22 de dezembro de 1992, estrangulada, esquartejada e queimada. Em 7 de janeiro de 1993, os algozes foram presos e a mãe da vítima, Jocélia de Castro, juntou-se à Glória Perez na luta por justiça.

Nesse cenário, começou a ser ventilada a possibilidade de restituir a pena de morte, aplicada no Brasil pela última vez em 1876, no Império. Em janeiro de 1993, o deputado Amaral Netto anunciou que redigiria uma proposta de plebiscito para o tema, dando a palavra final para os eleitores, mas a ideia não achou respaldo parlamentar.

Entretanto, a movimentação encontrou espaço nas páginas de publicações como a *Revista Manchete*, que lançou uma pesquisa de opinião aos seus leitores questionando qual pena eles defenderiam para crimes hediondos contra a vida humana. Entre as opções, pena de morte, prisão perpétua e até trabalhos forçados. O cupom vinha dentro da edição com Paula Thomaz na capa e com instruções para o envio do papel preenchido.

Imagem 37: Cupom em edição da *Revista Manchete* de 23 de janeiro 1993

PESQUISA DE OPINIÃO
Manchete

Após o assassinato da atriz Daniela Perez e da menina sequestrada Miriam Brandão, voltou a ser discutida a adoção da pena de morte no Brasil. Embora proibida pela atual Constituição, a pena de morte poderia ser adotada através de um plebiscito que alterasse a Constituição.

Considerando esta possibilidade, que pena máxima você defenderia para crimes hediondos contra a vida humana.

- 1 ☐ Pena de morte
- 2 ☐ Prisão perpétua
- 3 ☐ Prisão perpétua com trabalhos forçados
- 4 ☐ Outras penas (especifique)

Cada cupom vale um voto. Remeta grátis este cartão resposta.

Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Imagem 38: Na capa, o registro da descoberta da então possível participação de Paula no crime, após relatos de testemunhas, na Revista Manchete de 23 de janeiro 1993



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Na edição de 6 de fevereiro do mesmo ano, a resposta: dos 2803 leitores que responderam à pesquisa, 61,20% eram favoráveis à pena de morte, 34% à prisão perpétua com trabalhos forçados, 2,17% à prisão perpétua e 2,63% à outros tipos de punição (não especificadas). Assim, “com relação a acontecimentos dramáticos suscetíveis de tocar os seres humanos de qualquer cultura, ocorrem constantemente fusões entre as verdades de opinião e as verdades de emoção” (Charaudeau, 2006, p.269). Segundo o linguista, umas sustentam as outras e todas se alimentam reciprocamente a fim de aumentar sua força de evidência.

Na mesma reportagem, entretanto, Glória e Jocélia se dizem contra a pena capital. No texto, que contava com depoimentos de juristas também contrários à cadeira elétrica, dois personagens já mencionados nesta monografia: Evandro Lins e Silva e Evaristo de Moraes Filho, os principais advogados envolvidos no caso Ângela Diniz, que seguiram a mesma opinião dos colegas sobre o tema. Contudo, ainda na mesma edição, a *Revista Manchete* publicou um editorial que dizia: “A pena capital não é somente um castigo. É sobretudo uma defesa para o direito à vida das pessoas inocentes”.

Imagem 39: “Que castigo merecem estes crimes?”, perguntava a *Revista Manchete* de 6 de fevereiro 1993



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Considerando que a sentença também seria aferida por um tribunal do júri, deve-se ter em mente que se “a pressão e a influência da mídia tendem a produzir efeitos sobre os juízes togados, muito maiores são esses efeitos sobre o Júri popular, mais sintonizado com a opinião pública, de que deve ser a expressão” (Bastos, 1999, p.115).

Quando finalmente chegou o dia do julgamento de Guilherme de Pádua, em 15 e 16 de maio de 1997, a imprensa aguardava em tom de espetáculo. A *Revista Veja* de 28 de agosto de 1996 estampou a capa com fotos dos assassinos e da vítima e o título: “O show: como será o maior julgamento das últimas décadas?”. Já a *Revista Manchete* de 24 de agosto de 1996 trouxe os réus na capa com a frase “A hora da justiça”.

Imagem 40: Guilherme, Paula e Daniella na *Revista Veja* de 26 de agosto 1996



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Imagem 41: Diferente da *Revista Veja*, a capa traz uma pequena foto do cadáver de Daniella, na *Revista Manchete* de 24 de agosto 1996



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP)

Na matéria, a *Revista Manchete* ressalta, referindo-se ao julgamento: “O show está montado. E será um dos mais concorridos espetáculos assistidos ao vivo nesses últimos tempos”. Além disso, afirma que “se dependesse do público, Guilherme e Paula já estariam condenados”. Dessa frase, chama atenção o uso da palavra “público”, o que fortalece a visão do caso como um espetáculo. De fato, os dois já chegaram ao tribunal condenados pela imprensa e pela população. “Se olharmos para o público que se informa, reconhecemos que ele é corresponsável do processo de espetacularização do mundo que as mídias nos propõem” (Charaudeau, 2006, p.253).

Com a condenação de Guilherme a 19 anos e, posteriormente, a de Paula a 18 anos e meio de cadeia, jornais e revistas destacaram os principais momentos nas muitas horas de fórum. A *Revista Manchete* decidiu focar nas palavras do juiz para o ex-ator: “Assassino violento, perverso e covarde”. A atuação do advogado do assassino, Paulo Ramalho, também foi sublinhada. Durante os anos entre crime e tribunal, o criminalista foi figura certa em grandes circos nos veículos de comunicação, nos quais, periodicamente, dizia ter “segredos” para revelar que mudariam os rumos do processo. A mesma magazine o chamou de “advogado do diabo” e publicou uma entrevista sobre sua vida e carreira na edição sobre o julgamento.

A publicação também trouxe imagens de atores da *TV Globo* presentes no local e escreveu: “em meio a tensão, os personagens que representaram o espetáculo tiveram instantes de descontração”, reforçando o discurso folhetinesco atribuído ao caso desde o princípio da cobertura.

5.4 Lei dos Crimes Hediondos: mobilização e abaixo-assinado

Durante os quase cinco anos que separaram a morte de Daniella da condenação de seus assassinos, sua mãe, Glória Perez, liderou um movimento pelo endurecimento das penas para homicídios. Vale reforçar que a figura da romancista foi essencial para ampliar, ainda mais, a repercussão do crime na imprensa, dado que a autora não poupou esforços para defender a memória da filha e pedir justiça. Seu prestígio e popularidade a ajudaram a atingir espaços na mídia que mães anônimas teriam maior dificuldade para alcançar.

A priori, cabe explicar que a Constituição de 1988 estabeleceu que crimes considerados hediondos não poderiam ser passíveis de fiança, indulto ou anistia, mas não delimitou de forma precisa os delitos que deveriam ser classificados assim. Em 1990, o Congresso Nacional categorizou dessa forma crimes de extorsão mediante sequestro,

latrocínio, estupro e outros. No entanto, nesta lista não constava o homicídio qualificado, que envolve fatores agravantes que indicam crueldade, motivo torpe, traição e outros elementos.

Dessa forma, Glória já imaginava que pela primariedade dos casal e acessibilidade do benefício de progressão de regime, os culpados ficariam pouco tempo reclusos. O que, de fato, aconteceu: Guilherme cumpriu 7 anos e Paula, aproximadamente 6 anos. Assim, a escritora passou a lutar para que o homicídio qualificado fosse tipificado como crime hediondo, mesmo sabendo que qualquer novidade na legislação não atingiria Guilherme e Paula. De acordo com o Código Penal brasileiro, uma alteração na lei só pode ser aplicada no julgamento de um crime ocorrido anteriormente se for para beneficiar os réus.

Nasceu, então, o abaixo-assinado pela mudança na legislação. O pedido abarcava o objetivo de dificultar a obtenção de benefícios prisionais para aqueles que cometiam crimes de homicídio com qualificadoras, instando as autoridades a reverem o texto vigente. A iniciativa encontrou imenso apoio na população, que compartilhava de um sentimento generalizado de insegurança e descrença com a justiça, frente a altos níveis de violência e casos de grande repercussão. Em 1993, o Brasil registrava uma média de cerca de 20,20 homicídios por 100 mil habitantes, ante 19,21 em 1992 e 21,23 em 1994 (Ipea, 1993).

Seria necessário coletar 1 milhão de assinaturas para encaminhar o projeto ao Congresso Nacional, em um contexto no qual as facilidades da internet ainda não eram uma realidade. Aqui entra, novamente, o engajamento dos meios de comunicação. “A revista *Contigo* e o sistema Globo de Rádio criaram o movimento ‘Pedágio pela Justiça’, cujo principal objetivo era ajudar a colher assinaturas para o abaixo-assinado” (Pasqualetto, 2022, p.292). A *Revista Contigo* chegou a encartar em suas edições semanais um adendo contendo o abaixo-assinado, além de publicar reportagens sobre o andamento do movimento.

Saindo rapidamente do foco do impresso, destaca-se também a entrevista de Glória ao programa *Onze e Meia*, do SBT, apresentado por Jô Soares. Jô, um dos maiores comunicadores do país, assinou o documento ao vivo.

Ao fim, foram reunidas mais de 1,3 milhão de assinaturas. Logo, no dia 5 de outubro de 1993, a escritora entregou o abaixo-assinado pessoalmente ao deputado Inocêncio de Oliveira, presidente da Câmara dos Deputados à época. Em setembro de 1994, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular da história do Brasil se transformou na Lei Ordinária nº 8.930/1994, que inseriu o homicídio qualificado no rol de crimes considerados hediondos na Lei nº 8.072/1990.

Imagem 42: Rádio Globo e Revista Contigo aderem à campanha “Pedágio da Justiça”, em edição de 1993 da revista



Fonte: Google Imagens

Imagem 43: Reportagem da Revista Contigo faz a contagem regressiva pelas 1 milhão de assinaturas em edição de 1993



Fonte: Google Imagens

Imagem 44: Cobertura da *Revista Manchete* da entrega do abaixo-assinado ao Congresso Nacional, em edição de outubro de 1993



Fonte: Google Imagens

“A grande focalização da mídia em torno do caso, despertando memórias pessoais e sociais de várias naturezas, teria instigado a sociedade a reacender seus valores, tornando-se um fundamental recurso de reconstrução de sua própria realidade” (Leite; Magalhães, 2012, p.5). Por conseguinte, é possível concluir que, tanto no caso Ângela quanto no caso Daniella, a imprensa pôde exercer dois papéis: o de reproduzir e ampliar discursos machistas e sensacionalistas, mas também o de impulsionar campanhas por justiça em prol das mulheres, ainda que muitas vezes a cobertura dessas campanhas também tenha se revestido de um tom apelativo e emocional, por vezes defendendo discursos conservadores.

Claro, não se pode falar de totalidades em nenhum dos contextos, a *Folha de S. Paulo*, por exemplo, publicou uma matéria na época opinando contra a mudança na lei. E a própria Glória Perez ressalta que o maior responsável pela aprovação do projeto foi a vontade do povo. Todavia, é necessário considerar que a grande parte da chamada mídia *mainstream* atuou para divulgar e coletar assinaturas em larga escala.

6. Memória

Como já abordado, as mídias contribuem para a construção de opinião, ainda que a opinião pública seja difusa, fragmentada, móvel e instável (Charaudeau, 2006, p.270), especialmente se considerarmos as mídias digitais, mas também em relação às mídias tradicionais. Por conseguinte, é possível concluir que a imprensa foi fundamental para a produção de memória sobre os casos Ângela Diniz e Daniella Perez, o que promove dúvidas sobre os crimes e a moral das vítimas até os dias de hoje.

Charaudeau conceituou que dizer o que aconteceu é construir a memória dos homens (Charaudeau, 2006, p.90), no entanto, publicar o que não aconteceu — as mentiras ou rumores — também contribui para cimentar lembranças. Os veículos de comunicação “criam mais curiosidade do que conhecimento e, com isso, constituem uma máquina maravilhosa de alimentar as conversas dos indivíduos que vivem em sociedade” (Charaudeau, 2006, p.277). Nesse sentido, temos que a hipótese do agenda-setting define que “os indivíduos participantes da vida social organizam seus comentários sobre o que acontece no espaço público de acordo com aquilo que as mídias lhes apresentam” (Charaudeau, 2006, p.90, 91).

Dessa forma, pode-se depreender que a memória edificada pela imprensa — no caso deste trabalho, *escrita* por meio de textos e imagens — sobre as mortes de Ângela e Daniella foram determinadas pelo sensacionalismo que ligou a socialite a uma imagem de “devassa” (para os padrões da época) e a atriz à figura de seus algozes, especialmente de Guilherme de Pádua, sob uma nuvem de sugestões de um possível relacionamento entre os dois. “Carregadas semanticamente, simplificadas e fortemente reiteradas, as imagens acabam por ocupar um lugar nas memórias coletivas, como sintomas de acontecimentos dramáticos” (Charaudeau, 2006, p.274).

6.1 Ângela e a praia dos ossos

A memória de Ângela se divide entre um ícone feminista — ainda que a própria não se considerasse feminista — e uma mulher que continua sendo julgada por ter ousado ser livre nas suas escolhas, especialmente sexuais e amorosas. O próprio caso acabou ficando conhecido como “Caso Doca Street” em vez de “Caso Ângela Diniz”.

Recentemente, sua história foi revisitada por algumas produções de grande alcance. Destaca-se o podcast *Praia dos Ossos* (2020), da Rádio Novelo, vinculado em plataformas de streaming de áudio. O produto é uma série documental, conduzida por Branca Vianna, que

investiga o assassinato da socialite. Porém, os oito episódios não exploram somente o crime, mas também o julgamento, a mobilização das mulheres, a cobertura midiática e as narrativas construídas em torno de Ângela.

O roteiro conta com arquivos jornalísticos e entrevistas que vão de amigos da mineira até o próprio Doca Street. A riqueza da pesquisa e dos depoimentos, com diferentes perspectivas, ajuda a compreender o impacto desse crime na sociedade da época e até os dias de hoje. Um ponto para se ressaltar é que a produção do podcast se preocupa em dar voz para os dois lados, visando atingir um maior panorama do que aconteceu, mas não cai em um jornalismo declaratório. É constante a entrada de Branca com a checagem do que as fontes dizem e com dados:

Esse caso virou um divisor de águas na vida de muitas mulheres. E foi por isso que eu quis voltar a ele mais de 40 anos depois. A história é também sobre o sistema judiciário brasileiro, sobre como nasce uma mobilização, sobre como as mulheres viviam e morriam nesse país e como elas continuam vivendo e morrendo (Praia dos Ossos, ep. 1, 2020).

A obra ajudou a resgatar a memória de quem era Ângela Diniz, colocando sua história a limpo e desmistificando uma figura que havia ficado aprisionada em julgamentos do passado. Além de explicar o crime para as gerações mais novas, a produção também serviu para trazer discussões acerca de como as mulheres eram e são tratadas no Brasil. É mais um capítulo do que a leitora de *O Pasquim*, em 1981, chamou de “Frente de Libertação Ângela Diniz”.

Praia dos Ossos foi considerado um dos melhores podcasts do ano na lista Apple Podcasts de 2020 e ocupou o topo das paradas durante semanas. Também foi indicado ao renomado Troféu APCA na categoria melhor podcast. Em 2025, o título vai virar uma série documental produzida pela plataforma de streaming Max e estrelada pela atriz Marjorie Estiano.

Contudo, nem todas as manifestações recentes sobre o caso seguiram este tom. Em 2023, estreou nos cinemas o filme *Ângela*, do diretor Hugo Prata, que prometia ser uma cinebiografia da socialite. No entanto, o longa não detalha o impacto social e legal do assassinato, ficando limitado a uma abordagem superficial do julgamento, de forma a mencionar o desfecho judicial rapidamente nos créditos finais. Além disso, o principal foco da obra é o romance entre Ângela e Doca, ressaltando cenas sensuais e da protagonista alcoolizada ou arranjando brigas. O resultado foi decepcionante para a crítica e ecoou os velhos estereótipos sobre a Pantera de Minas.

Em 2006, em uma das poucas aparições na mídia, Cristiana Vilas Boas, filha de Ângela, foi à público contra o lançamento do livro *Mea Culpa*, no qual Doca Street conta sua versão do crime. Na ocasião, disse que sua mãe era uma mulher de vanguarda: “Ela fazia o que bem entendia. Apesar de toda a dor que passamos, eu tenho o maior orgulho de ser filha de Ângela Diniz”¹⁰. Em 2024, Cristina participou da comemoração do aniversário de um ano da Casa Lilian, instituição do Ministério Público de Minas Gerais destinada ao acolhimento de familiares e vítimas de violência contra a mulher, e declarou: “minha mãe fez falta a vida inteira”¹¹.

6.2 Daniella e o pacto brutal

Não se pretende dizer que o resultado de tal sensacionalismo é a totalidade da memória de Daniella, que segue sendo uma figura lembrada por seu talento e carisma. Entretanto, o machismo na cobertura de seu assassinato deixou marcas, as quais a mãe da atriz, a novelista Gloria Perez, chegou a explicitar no documentário *Pacto Brutal: o assassinato de Daniella Perez* (2022), quando falou sobre a cobertura midiática. Ela declarou que a história da morte de sua filha ficou na memória das pessoas como um “folhetim barato”.

Na esteira de reconstruir a memória do caso, trinta anos depois, o documentário da Max *Pacto Brutal: o assassinato de Daniella Perez* obteve êxito no resgate da verdade sobre a tragédia e sobre quem foi Daniella — carinhosamente chamada de Dani. O serviço de streaming que produziu a obra possui mais de 95 milhões de usuários em todo o mundo, sendo uma marca forte no Brasil, o que possibilitou que muitos jovens que sequer eram nascidos, ou que eram crianças na época, viessem a conhecer o crime com os fatos sobre sua execução e sobre a vítima.

Além de, claro, colaborar para corrigir os ruídos a respeito do assassinato que atravessaram as décadas de quem ainda tem lembranças vivas daquele 1992. O resultado da estreia foi um sucesso estrondoso de audiência: uma semana após seu lançamento, em julho de 2022, o documentário se tornou a produção mais assistida no Brasil e na América Latina na plataforma, considerando a categoria programas de TV. Em 2023, venceu o Grande

¹⁰ Cristiana Vilas Boas rompe o silêncio de 30 anos e pergunta: “Quando é que ele se cansará de assassiná-la e a reputação dela?” (Folha de S. Paulo, 2006). Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0609200612.htm>. Acesso em: 17 de novembro de 2024.

¹¹ Filha de Ângela Diniz comenta impactos do assassinato da mãe: ‘catastrófico’ (Itatiaia, 2024). Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/cidades/2024/08/24/reclusa-filha-de-angela-diniz-comenta-impactos-do-assassinato-da-mae-catastrofico>. Acesso em: 17 de novembro de 2024.

Prêmio do Cinema Brasileiro, uma das principais premiações do audiovisual nacional, como Melhor Série Brasileira Documentário.

O produto bem-sucedido, tanto em seu propósito quanto nos dados de alcance e crítica, focou nos autos do processo. Os assassinos, Guilherme de Pádua e Paula Thomaz, não foram ouvidos e não constam entre os depoimentos que compõem os episódios. A explicação para tal, segundo os responsáveis pelo documentário, é que tudo que os criminosos tinham para dizer em sua defesa foi dito durante o julgamento e está nos autos. Portanto, ao trabalhar com tais registros jurídicos, o audiovisual já havia dado espaço para a narrativa do ex-casal. Cabe ressaltar que, durante todos estes anos, Guilherme estampou várias capas de revistas e deu dezenas de entrevistas, até para programas de TV aberta, falando sobre a morte de Daniella.

Essa escolha para o documentário contribuiu para que o discurso da série não caísse, novamente, em sensacionalismos. A carga dramática do produto não se confunde com dramaturgia, sendo poucas as cenas com simulações e os episódios se concentram em diversos relatos — de muitas mulheres, inclusive —, decisões legais e registros do período. Tal estratégia é importante quando pensamos no gênero *true crime*, que conta a história de crimes de grande repercussão e tem assistido a uma crescente no número de ouvintes e espectadores.

No *true crime*, cada caso precisa ser avaliado individualmente quanto a sua motivação para que se evite que estas obras virem puramente caçadoras de audiência ou se tornem produções de forte apelo emocional, exigindo posicionamentos éticos firmes em sua produção. É necessário fugir da ideia do entretenimento e ter a dimensão da seriedade de tais temáticas, visando não cair na armadilha do sensacionalismo — como aconteceu no filme *Ângela*.

E foi isso que os diretores Tatiana Issa e Guto Barra fizeram no lançamento da Max: não repetiram os mesmos equívocos de boa parte da imprensa que cobriu a tragédia na década de 1990. Mais do que isso, a produção conseguiu humanizar Daniella, que não é mostrada somente como a vítima de um crime brutal, mas também como uma mulher cheia de sonhos, apaixonada pela dança e pela atuação, cercada de amor e com um futuro promissor. “O documentário tirou você do terreno da ficção e resgatou a pessoa real, a pessoa doce, afetuosa, em seu mundo de delicadeza, estraçalhado pela ambição e a inveja de um casal de psicopatas”, disse Glória Perez em uma postagem dedicada à filha em sua conta no Instagram, em agosto de 2022.

Vale apontar que os diretores conseguiram levantar discussões — como as que tratamos neste estudo — que, muito provavelmente, há algumas décadas não teriam tanto apelo ou audiência, como a questão do machismo e da culpabilização em situações de violência contra a mulher. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1970, p.10). Em suma, cada produção é ancorada no seu tempo e, ainda que vivamos em uma sociedade sexista, diversos avanços foram conquistados de lá para cá. Avanços que não retrocederão.

7. Considerações finais

Finalizando este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), comprova-se que, depois de mortas, tanto Ângela Diniz quanto Daniella Perez tiveram suas imagens impactadas pelo machismo ora reproduzido ora impulsionado pela imprensa. Com personalidades e trajetórias diferentes, as duas acabaram vítimas não somente do assassinato de seus corpos, mas também da tentativa de assassinar suas reputações. Logo, não importa qual comportamento ou estilo de vida uma mulher procure seguir, ela estará sujeita a sofrer com o preconceito de gênero, ainda que em distintos níveis e formatos.

O discurso, entendido como a materialização das ideologias vigentes, reproduz preconceitos, estereótipos e estigmas que continuam presentes até hoje na memória construída acerca de ambos os casos, mesmo com movimentos coletivos e individuais para a superação tanto deste pouco ético modo de produzir notícias, quanto das estruturas patriarcais tão fortes no Brasil. Um país onde, ainda atualmente¹², muitas mulheres vítimas de violência precisam se defender até depois de mortas, assim como Ângela e Daniella precisaram em 1976 e 1992.

Como foi proposto, a intenção deste trabalho não é pura e simplesmente condenar e deslegitimar o jornalismo, mas estabelecer uma crítica construtiva para futuras coberturas sobre crimes como os que foram aqui lembrados ou outras temáticas relativas à violência contra as mulheres. Inclusive, ficou provado, também, que os veículos de comunicação podem auxiliar na luta por justiça pelas mulheres vítimas de feminicídio, como ocorreu com a divulgação do movimento das feministas em 1981 e com a campanha pela alteração da Lei dos Crimes Hediondos em 1993.

Dada a importância do papel do profissional de comunicação para a democracia, garantia dos direitos e constituição da opinião pública, o respeito a sua ética pode contribuir para a elaboração de discursos que colocam a índole dos culpados em questão, e não a das vítimas. Mais do que isso, para um discurso que não reduza as mulheres a vítimas, mas que as humanize.

O compromisso com a checagem dos fatos e a seriedade de assuntos tão trágicos deve superar o interesse econômico pela maior quantidade de vendas possíveis — e hoje em dia, de cliques e curtidas. Além disso, as mídias devem noticiar casos de feminicídio não apenas

¹² O Brasil registrou 1.463 feminicídios em 2023, alta de 1,6% em relação a 2022, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (G1, 2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/brasil-femicidios-em-2023.ghtml>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

quando trazem algum fator atrator de audiência, mas também dar atenção às ocorrências contras mulheres pretas, pardas, indígenas ou pobres.

É possível construir um jornalismo cujos discursos não somente entrem em sintonia com uma contemporaneidade na qual as mulheres possuem poder crescente de voz — ainda que não equiparado ao dos homens —, mas também seja pioneiro em estabelecer discussões e posturas contrárias a mentalidades ultrapassadas.

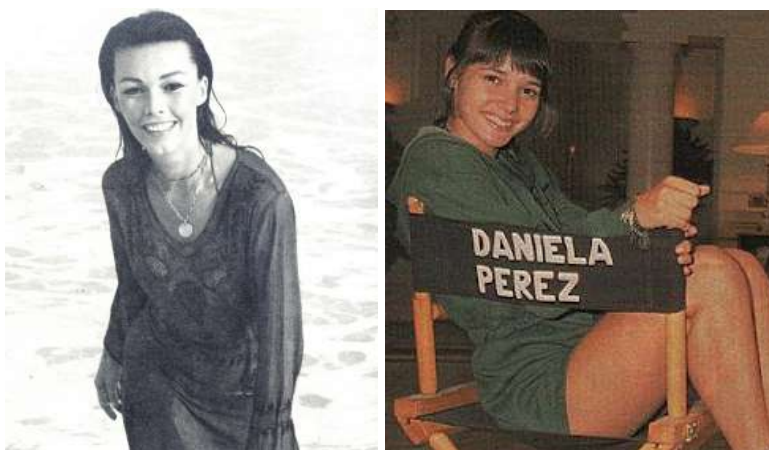
Entre os caminhos para a edificação de uma imprensa mais alinhada com o feminismo, estão a composição de redações diversas (com mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ e outras minorias), a perspectiva de gênero nas pautas e a desconstrução de estereótipos. Também são importantes a valorização de fontes femininas, de maneira a equilibrar o espaço de fala, a formação constante sobre questões de gênero entre os jornalistas, o foco na narrativa das mulheres e a autocrítica sobre o próprio papel da mídia.

Concluindo, esta não foi a primeira vez que as histórias de Ângela e Daniella se encontraram para além dos cartazes pedindo justiça. Elas dão o nome a ruas que se cruzam na cidade de Parauapebas, no Pará, e são mencionadas em sequência na música “Todas As Mulheres do Mundo”, da grande Rita Lee, após o refrão que ressalta o desejo de toda mulher ser amada e feliz. Que suas memórias tenham um futuro mais justo e respeitoso do que tiveram no passado. E isto cabe a nós, no presente. Assim, décadas depois dos casos estudados neste TCC, encerro minha graduação com o desejo de que este esforço possa ajudar, dentro e fora dos muros acadêmicos, a que nenhuma mulher precise se defender até depois de morta.

Ângela Diniz e Daniella Perez presentes.

1.463 vítimas de feminicídio no Brasil, em 2023, presentes.

Imagem 45: Ângela Diniz e Daniella Perez



Fonte: Revista Manchete / Google Imagens

Referências bibliográficas

- ANGRIMANI, S. D. *Espreme que sai sangue. Um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995 (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v.47).
- BASTOS, M. T.. *Júri e mídia*. In: estudo sobre a mais democrática instituição brasileira. São Paulo: Revista dos tribunais, 1999.
- BATISTA, M. T. “Mortes (in)visíveis: a atuação da mídia em casos de feminicídios”. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*, Florianópolis, 2021.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BONJARDIM, Estela Cristina. *O acusado, sua imagem e mídia*. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- BUCCI, E. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo, Contexto, 2006.
- DEBORD, G. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- ECO, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FREIRE FILHO, J.; CAVALCANTI V. A. J. *Jornalismo, misoginia e a revitimização da mulher*. E-Compós, [S. l.], v. 25, 2022.
- GOMES, M. R. “A violência doméstica no relato jornalístico”. *RuMoRes*. São Paulo, V. 16, n. 31, p.335-366, 2022.
- GOMES, M. R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker/Edusp, 2000.
- GOMES, M. R. “Os nomes da violência contra as mulheres: das narrativas no jornalismo”. *RuMoRes*, V. 15, n. 29, p.205-234, 2021.
- GREGOLIN, M. R. “Análise do discurso e mídia: a (re)produção”. *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, V. 4, n. 11, 2007.
- GROSSI, M. P. “De Ângela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade”. *Estudos Feministas*. n. 1, p.166-168, 1993.
- GUEDES, L. S. *O discurso da mídia no caso Daniella Perez: Sensacionalismo e machismo — uma análise discursiva da mídia impressa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023.

JESUS, A. B.; FÁVERI, M. *O crime de Búzios: a morte da Pantera em Manchete*. Santa Catarina 2017.

KUSTER, S. F. *A influência da mídia no tribunal do júri*. Lages: Centro Universitário Unifacvest, 2019.

LANA, C. “Lugar de Fala, Enquadramento e Valores no Caso Ângela Diniz”. *Anagramas*. n. 4, ano 3, p.1-12, 2010.

LEITE, C. T. V. A.; MAGALHÃES, L. D. R. Mídia e memória: do caso Daniella Perez à previsão do homicídio qualificado na Lei de Crimes Hediondos. *Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI*. Itajaí, V.8, n. 3, 2013.

MARTINS, M. M. *Mídia e feminicídio: uma análise do podcast Praia dos Ossos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORENO, R. *Imagem da mulher na mídia: Controle Social Comparado*. Brasil: Editora Expressão Cultural, 2017.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. “Análise de discurso crítica: uma reflexão acerca dos desdobramentos recentes da teoria social do discurso”. *Revista Latino-americana de Estudos do Discurso*. V. 5, n. 1, 2005.

PASQUALETTE, B. B. *Daniella Perez: Biografia, crime e justiça*. Rio de Janeiro: Record, 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Informe sobre Desarrollo Humano 1992*. Nova York: PNUD, 1992.

SEVERO, D. T. O.; PIRES, N. S. S. *Do amor ao ódio: uma análise dos crimes passionais que mais chocaram a sociedade brasileira e a visão do tribunal do júri perante estes delitos. De Euclides da Cunha, Anna e Dilermando de Assis à Lindemberg Alves e Eloá Pimentel entre outros*. Santa Catarina: 2014.

SILVA, K. G. "Em legítima defesa da honra": a luta contra a naturalização da violência contra as mulheres. *Epígrafe*. V. 10, n. 1, 2021.

SILVA, T. A. C.; VILELLA, B. M. O. “A influência da mídia sob o grande júri”. *Colloquium Socialis*, V. 2, n. Especial 2, 2018.

SOARES, Carmen Sylvia Vidigal Moraes. *Gênero e desigualdade: relações de poder no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

SOARES, R. L. “De palavras e imagens: estigmas sociais em discursos audiovisuais”. *E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. V.12, n.1, jan./abr. 2009.

SOARES, R. L. *Mídias e estigmas sociais: sutileza e grosseria da exclusão*. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2020.

SOUSA, B. V. *Quem ama não mata, morre: o feminicídio de Ângela Diniz no podcast Praia dos Ossos*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2023.

SOUZA, S. P. A. *A definição do sensacionalismo a partir de manifestações no twitter*. Intercom – Espírito Santo, XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2010.

UNIFEM, FUNDAÇÃO FORD, CEPIA. *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília, 2006.

Filmografia

PACTO Brutal [Seriado]. Direção: Tatiana Issa e Guto Barra. Brasil: HBO Max, 2022.

PRAIA dos Ossos. Locução: Branca Vianna. Brasil: Rádio Novelo, 2020. Podcast. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/praiadosossos/>. Acesso em 3 de junho de 2024.

Acervo de imagens: Página Daniella Perez - Ela Queria Viver. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/elaqueriaviver/photos>. Acesso em: 20 de setembro de 2024.